



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 645 - DE 22 DE AGOSTO A 5 DE SETEMBRO DE 2021 - R\$ 4,00

Derrota do imperialismo no Afeganistão



**Defesa incondicional da expulsão do imperialismo
e da autodeterminação da nação oprimida**

CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA A MP 1045

Brutal ataque dos capitalistas aos trabalhadores

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem, imediatamente,
um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios!

Que convoquem as assembleias presenciais e constituam os comitês de base!

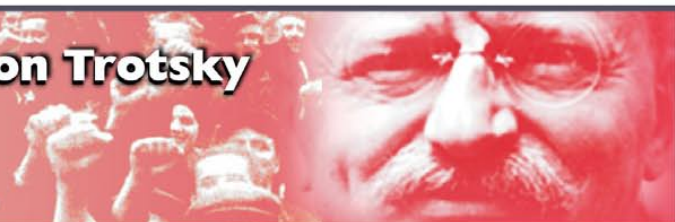
Abaixo a MP 1045 de Bolsonaro, Congresso Nacional e capitalistas!

CAMPANHA DO POR

81 anos do assassinato de Leon Trotsky

(20 de agosto de 1940 - 20 de agosto de 2021)

**Nossa tarefa: reconstruir o Partido Mundial
da Revolução Socialista, a IV Internacional**



Agrava-se a crise mundial

Nossa luta pela superação da crise de direção

A retirada dos Estados Unidos e da OTAN do Afeganistão reflete o estremecimento das relações internacionais de poder. Depois de duas décadas de sustentação de um governo títere, a maior potência teve de reconhecer a sua derrota. Não bastaram os gigantescos gastos, a poderosa máquina de guerra norte-americana, a imposição de um regime talhado para dominação, um governo preposto, uma força de segurança preparada por especialistas externos, e uma sofisticada máscara ideológica da democracia, dos direitos humanos, da libertação das mulheres, para esmagar a guerra de guerrilha do Talibã.

Os Estados Unidos poderiam continuar por mais tempo em tais condições. O republicano Donald Trump, no entanto, acertou, com os chefes da resistência, uma retirada. O democrata Joe Biden decidiu, finalmente, cumprir o “acordo”. Ambos partidos, que representam frações da poderosa burguesia norte-americana e mundial, chegaram à conclusão de que não poderiam continuar despendendo altíssimas somas e sofrendo baixas, sem que o Talibã fosse liquidado. Já podiam contabilizar para a sua população a quebra das organizações terroristas – Al Qaeda e Estado Islâmico. Já não poderia ocorrer um segundo ataque de 11 de setembro.

O acordo do Qatar previa o retorno do Talibã. A forma como se deu, com a ofensiva da guerrilha, expressou a situação de descontrole dos Estados Unidos sobre o país. Em outras palavras, demonstrou que o imperialismo se encontrava derrotado politicamente. Não podia dar sobrevida ao regime espúrio e ao governo preposto, corrompido e rejeitado pela maioria do povo afegão. Mas, por outro lado, a guerrilha não era capaz de militarmente fazer frente ao aparato bélico norte-americano. Uma confluência de fatores internos e externos ao país ocupado obrigou Trump e Biden à retirada.

A crise econômica, de 2008 e 2009, expôs claramente as dificuldades da maior potência em manter o posto de comando alcançado no pós Segunda Guerra. O processo de restauração capitalista, desmoronamento da União Soviética, e ampla penetração das multinacionais na China, reduziram o peso da “Guerra Fria”, mas contraditoriamente abriram caminho para uma feroz guerra comercial, típica das condições de pré-guerra. Os Estados Unidos despenderam grandes somas na guerra do Golfo, invasão do Iraque e ocupação do Afeganistão. São gastos parasitários com a indústria armamentista, que acabaram comprometendo a capacidade de seu Tesouro.

Está em curso o recrudescimento da guerra comercial com a China, e o cerco à necessidade da Rússia, de exercer sua posição de potência regional na Ásia e Oriente Médio. A permanência no Afeganistão seria favorável, caso os Estados Unidos tivessem domado o Talibã e consolidado o regime preposto. O contrário se passou, com a consolidação da guerrilha. De maneira que os governos republicanos e democratas foram obrigados a reconhecer o fracasso do objetivo original da intervenção. Pode-se considerar como uma derrota dos Estados Unidos e de sua coligação, materializada pela OTAN.

A retomada do poder pelo Talibã indica a força do nacionalismo islâmico, amparado e cultivado no seio da população pobre e miserável. Nacionalismo que tem um longo trajeto histórico de combate a invasores e colonizadores. A própria origem do Talibã sectário e obscurantista deita raízes nos combates e expulsões dos colonialistas. O regime político baseado na Sharia, utilizada para manter as mulheres no mais rigoroso patriarcalismo, tem sua base material no baixo desenvolvimento capitalista, no pré-capitalismo e no tribalismo. Eis por que a retomada do poder pelo Talibã resultou na dissolução do regime montado – uma caricatura de democracia – e reconstituição do Emirado Islâmico do Afeganistão.

Os Estados Unidos e seus porta-vozes mundiais procuraram desnaturalizar a sua derrota com a campanha contra o retorno dos bárbaros, que violam os direitos humanos, mutila as mulheres, obstaculizam a educação escolar, etc. Ocultam a responsabilidade do imperialismo de manter o Afeganistão no atraso pré-capitalista e tribal, de onde se irradia o obscurantismo sectário, e se edifica o Estado teocrático.

Os invasores do paupérrimo Afeganistão deixaram-no quebrado. Arruinado por quarenta anos seguidos de guerras, e saqueado pelos agentes do imperialismo, ainda sofre com o confisco de míseros US\$ 9 bilhões, praticado pelo governo de Joe Biden. A conhecida arma do cerco econômico já foi posta em prática, para combater o governo do Talibã. Isso em nome dos direitos humanos. Espera-se organizar uma resistência, como a da Aliança do Norte, que serviu à invasão norte-americana, em sete de outubro de 2001. O nacionalismo, por mais radical, como o do Talibã, não tem como romper com o domínio imperialista, ao ponto de impor a independência nacional. O arcaísmo está em sua incapacidade de desenvolver as forças produtivas, que se acham encarceradas pelas formas pré-capitalistas de produção e pelo domínio dos senhores tribais sobre a terra. São travas, que impedem a industrialização e a formação de um avançado proletariado. Eis por que o “anti-imperialismo” do nacionalismo fundamentalista é conservador e, em última instância, reacionário. Essa é a principal contradição, que deve ser exposta, mas não com o objetivo de apoiar a campanha dos Estados Unidos contra a volta do Talibã ao poder, de onde foi derrubado pela intervenção imperialista.

É dessas condições objetivas que comparece a crise mundial de direção do proletariado. O que impossibilita estabelecer uma orientação geral em favor da bandeira de apoio incondicional à expulsão dos Estados Unidos do Afeganistão, e pela autodeterminação da nação oprimida. Bandeira que corresponde ao programa da revolução proletária, única via para derrotar definitivamente o imperialismo, impor a independência nacional, e abrir caminho para a superação do atraso pré-capitalista e tribal do Afeganistão. A derrota das forças invasoras é parte da luta de classes internacional, que indica a necessidade de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Ato militar na Praça dos Três Poderes

Derrota da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do voto impresso

Decomposição da democracia burguesa

11 de agosto de 2021

Era esperado que a demonstração militar em Brasília, na Praça dos Três Poderes, não passaria de festim. E também era esperado que a posição de Bolsonaro, de retornar ao voto impresso, seria derrotada. Ambos acontecimentos cavaram mais fundo a sepultura do governo, que na sua origem pretendia instaurar uma ditadura bonapartista. O flagelo da Pandemia foi o teste definitivo da incapacidade do governo ultradireitista de equacionar e tratar de uma situação econômica, social e política tão complexa. Negou-se ao chamado de importantes frações da burguesia, para que liderasse um pacto nacional. Uma vez que não admitiu a orientação internacional da Organização Mundial da Saúde (OMS) – um organismo controlado pelas potências imperialistas –, abriu uma fenda nas relações federativas que conformam o funcionamento do país.

Bolsonaro e seu núcleo militar de governo não conseguiram prever o quanto a Pandemia levaria a uma polarização política, entre o governo central e os estados. A firme rejeição da aplicação de uma política de isolamento social, e a resistência em recorrer imediatamente ao Plano Nacional de Imunização (PNI), colocaram o governo federal de um lado, e o estado de São Paulo, de outro. O que levou à constituição de uma frente majoritária de governadores, sob a liderança do estado mais poderoso da federação. A posição favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) aos governadores, dando-lhes autonomia para aplicar a política do isolamento social, e impulsionar acordos de compra e de produção interna de vacinas, atingiu a centralização autoritária, necessária para que o governo federal conduzisse as suas respostas à Pandemia. O problema é que, sem as medidas de distanciamento social e as do recurso da imunização, Bolsonaro não tinha alternativa. O Programa Emergencial – do qual fazia parte, colateralmente, o auxílio emergencial aos miseráveis – e ações previstas na MP 936, de apoio ao empresariado, negociado entre o governo e Congresso Nacional, serviram provisoriamente ao período mais agudo da contaminação e mortes, em que os governadores tomaram a frente, com o isolamento social.

Esse conflituoso percurso anulou o governo federal, tirando das mãos de Bolsonaro e sua camarilha militar as iniciativas quanto à Pandemia. Restava-lhe acatar as exigências do capital financeiro, de promover as privatizações e impulsionar as contrarreformas, encaminhando a reforma administrativa. Isso, Bolsonaro fez muito bem, com o apoio inclusive da maior parte de seus opositores, que o confrontavam na questão da Pandemia. A posição de completa subserviência, de um lado, e incapacidade, de outro, desmoronaram a sua autoridade.

O fundamento da democracia burguesa, no Brasil, é dado



O fundamento da democracia burguesa, no Brasil, é dado pela centralização autoritária, diante da qual a autonomia federativa dos estados é precária, ou inexistente, a depender de seu lugar na economia. Qualquer que seja o governo que perca o poder de centralização, será atingido mortalmente pelas forças centrífugas, que estão presentes na composição federativa, regida pela desigualdade no desenvolvimento nacional.

pela centralização autoritária, diante da qual a autonomia federativa dos estados é precária, ou inexistente, a depender de seu lugar na economia. Qualquer que seja o governo que perca o poder de centralização, será atingido mortalmente pelas forças centrífugas, que estão presentes na composição federativa, regida pela desigualdade no desenvolvimento nacional. A Pandemia ativou as contradições que estão na base da federação e da centralização autoritária. Em outras condições, era inconcebível que o estado de São Paulo se confrontasse com as diretrizes do governo federal, e constituísse uma frente oposicionista de governadores.

O descontrole da Pandemia, a falência do sistema público de saúde, e o número trágico de mortes, combinados com a queda econômica e o agravamento da crise social, recaíram inteiramente sobre a cabeça do governo Bolsonaro. O presidente não teve como escapar à pecha de “genocida”, embora esse conceito histórico fosse utilizado elasticamente.

Por mais que Bolsonaro mudasse sua atitude inicial de independência perante o Congresso Nacional, restabelecendo os elos de comprometimento com a fração mais direitista dos partidos burgueses – o denominado “Centrão” –, de um lado, e aumentasse a presença de militares no seu governo e na administração pública, de outro, não teria como controlar as forças centrífugas assinaladas anteriormente. E, por mais que a fração propensa à conciliação no Congresso Nacional e os ministros do STF procurassem aliviar a crise política, não seria possível

encontrar um meio termo, uma vez que se agudizaram os conflitos, ao ponto de o Executivo e o Judiciário deteriorarem as relações entre os poderes.

A criação da CPI da Covid assinalou o enfraquecimento de Bolsonaro perante o Congresso Nacional, e indicou o afastamento de uma fração da burguesia que o havia apoiado nas eleições presidenciais. Fatos anteriores pesaram no curso do isolamento do governo, e no processo de sua decomposição. Foram os casos da ruptura no interior da ultradireita, com a defenestração do chefe da Lava Jato, Sérgio Moro, e da destituição do ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, com o qual caíram os comandantes das três armas. A ascensão do general Walter Braga Neto ao ministério da Defesa pôs às claras o setor das Forças Armadas mais vinculado ao objetivo de impor ao país uma ditadura bonapartista, que, por ter sido inviabilizada, abriu caminho à crise de governabilidade.

O restabelecimento dos direitos políticos de Lula ocorreu precisamente no marco de putrefação do governo Bolsonaro. Essa reviravolta, no âmbito da política burguesa, refletiu os limites e dificuldades da ultradireita de ir adiante com a centralização autoritária, por meio de uma ditadura bonapartista. O descenso de Bolsonaro e a ascensão de Lula determinaram o caminho da polarização eleitoral. O que tem obrigado a oposição da direita liberal, e parte da própria ultradireita, a agirem para desfazer essa dicotomia, trabalhando para que se viabilize o que se denominou uma “terceira via”. Certamente, as manobras nesse campo contarão com o apoio de setores militares, que não pretendem ser arrastados por uma aventura golpista.

A arregimentação de motoqueiros para expressar apoio ao governo, e o fracasso da demonstração de força militar, com o desfile de tanques e carros de combate na Explanada dos Três Poderes, comprovam que o campo de ação para Bolsonaro estancar a sua desintegração se estreitou, ao ponto de portavozes da burguesia reconhecerem que o presidente se encontra em uma situação de extrema “fragilidade” e “fraqueza”. A derrota da PEC do voto impresso jogou mais uma pá de cal sobre Bolsonaro.

É bom assinalar que a possibilidade de aventura golpista foi reduzida, mas não eliminada. Isso devido à existência e ao fortalecimento de uma fração burguesa e pequeno-burguesa ultradireitista, que têm raízes profundas no golpe de 1964 e nos governos militares. Essa fração se adaptou ao processo de “redemocratização”, pós 21 anos de ditadura militar. E reascendeu nas condições de fracasso do governo nacional-reformista do



A eleição para presidente da República do medíocre parlamentar, Jair Bolsonaro, não seria possível, caso não houvesse o golpe de Estado de 2016. As mais distintas frações da burguesia nacional, apoiadas pelo imperialismo, e quase a totalidade dos partidos constituíram uma união reacionária, para destituir o governo eleito pelo voto popular, e entregar ao seu vice, que conspirou para concretizar o golpe. Como se vê, a eleição de Bolsonaro foi produto de um amplo movimento antidemocrático.

PT, que prometeu a expulsão da velha oligarquia do poder do Estado.

A derrubada de Dilma Rousseff, por meio do impeachment no quadro de aprofundamento da crise econômica em 2016, estabeleceu um governo golpista, de ditadura civil, que possibilitou a retomada da influência dos militares no núcleo governamental e na máquina administrativa do Estado. A falência do governo petista, como governo burguês democrático, ficou patente, diante de sua incapacidade de fazer valer a Comissão da Verdade e penalizar os torturadores e assassinos. E não foi por falta de provas, já que as investigações da Comissão Verdade expuseram mais abertamente os porões da ditadura. Os generais impediram o governo e o Congresso Nacional de irem além do que prescrevia a Lei da Anistia, imposta pelo último governo militar, em 1979.

A eleição para presidente da República do medíocre parlamentar, Jair Bolsonaro, não seria possível, caso não houvesse o golpe de Estado de 2016. As mais distintas frações da burguesia nacional, apoiadas pelo imperialismo, e quase a totalidade dos partidos constituíram uma união reacionária, para destituir o governo eleito pelo voto popular, e entregar ao seu vice, que conspirou para concretizar o golpe. Como se vê, a eleição de Bolsonaro foi produto de um amplo movimento antidemocrático. Aí está retratada, sem retoques, a fotografia da decomposição da democracia burguesa.

Bolsonaro não poderia se firmar como

governo, a não ser na forma de uma ditadura bonapartista.

Essa explicação do processo de elevação da ultradireita ao poder e de seu fracasso seria incompleta, se não evidenciar a importância da política de colaboração de classes do próprio PT e de seu braço sindical. Dilma Rousseff, o PT e seus aliados se submeteram ao processo de impeachment, sabendo que estavam diante de um golpe de Estado.

A derrocada passiva é explicada por sua adaptação ao capitalismo e à democracia oligárquica, por meio da política de colaboração de classes. Daí, para a prisão e cassação dos direitos políticos de Lula, foi um passo. O seu braço sindical, em conluio com as demais frações da burocracia sindical direitista, que inclusive apoiou o impeachment de Dilma, fechou os olhos para a onda de demissões, que se elevou em 2015-2016. Colaborou descaradamente com as multinacionais, que forçaram a classe operária a aceitar os programas de flexibilização capitalista do trabalho.

Esse período de colaboração de classes e de avanço da reação burguesa preparou as condições políticas para as contrarreformas, tais como a trabalhista e a previdenciária, sobretudo.

A classe operária permaneceu desorganizada e desarmada ideológica e politicamente sob o governo da ditadura civil de Temer, cuja podridão exalava em todos os poros do país. A ausência de uma luta organizada nacionalmente, para derubar as contrarreformas, favoreceu, decisivamente, não só a continuidade do governo Temer, como também a ascensão da ultradireita bolsonarista.

Os petistas, a horda de reformistas, a burocracia sindical e a esquerda centrista tudo fazem para ocultar esse fator fundamental da crise política, que é a força material da colaboração de classes. Estando na oposição, os reformistas acobertam sua cota de responsabilidade, perante as contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Acobertam sua inteira responsabilidade, diante da ausência de resistência do movimento dos explorados às demissões em massa, à precarização das relações trabalhistas, à redução da massa salarial e à propagação da miséria.

Essa linha das direções sindicais e políticas se manteve durante a Pandemia. Somente em 29 de maio, quebram a sua passividade, quando uma fração da burguesia se afastava abertamente de Bolsonaro, elevavam-se os conflitos entre governadores, e Bolsonaro e crescia a pressão de camadas da classe média, que já não suportavam as consequências da Pandemia, e viam mais claramente o fracasso da política burguesa do isolamento social, bem como a morosidade da imunização. É quando os ventos da crise de governabilidade inflaram a bandeira do “Fora Bolsonaro e do Impeachment”, desfraldada pela frente dirigida pelo PT. Sob essa estratégia, se restabeleceram as manifestações de massa, mas marcadamente pequeno-burguesas. A classe operária foi mantida no leito da passividade. A burocracia sindical sustentou e sustenta as travas da política de colaboração de classes, que permeia todo o sindicalismo. As necessidades vitais dos explorados – emprego, salário e direitos trabalhistas – permanecem à margem das manifestações. As direções sindicais e políticas prometem aos explorados que o problema se resume em tirar do poder Bolsonaro, porque, assim, um novo governo poderia resolver o tormentoso flagelo que se abateu sobre a maioria oprimida. Ou Bolsonaro acaba sendo afastado por um impeachment, ou poderá ser derrotado nas eleições. O certo é que a bandeira do impeachment tem sido manejada no sentido eleitoral.

No momento em que se agudiza a crise do governo, e se preparam novas manifestações para 7 de setembro, Bolsonaro e o Congresso Nacional aprovam a privatização da Eletrobrás e dos Correios, prorrogam a MP de redução de salários, e aprovam os programas Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore), e Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip). São programas

voltados inteiramente à proteção dos capitalistas. No entanto, as direções sindicais e políticas da Campanha Fora Bolsonaro continuam a bloquear a classe operária, impedindo que os sindicatos mobilizem, desde as bases, os assalariados, em defesa de um programa próprio de reivindicações.

O enfraquecimento do governo ultradireitista e a demagogia dos governadores oposicionistas, que se dizem defensores da “vida”, favorecem a reorganização do movimento operário em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Esse é o caminho da luta de classes para enfrentar as contrarreformas de Bolsonaro, e se preparar para combater o novo governo, seja ele qual for.

O enfraquecimento do governo ultradireitista e a demagogia dos governadores oposicionistas, que se dizem defensores da “vida”, favorecem a reorganização do movimento operário em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Esse é o caminho da luta de classes para enfrentar as contrarreformas de Bolsonaro, e se preparar para combater o novo governo, seja ele qual for.

A classe operária e sua vanguarda estão diante da necessidade de enfrentar, não apenas o governo burguês de plantão, mas o capitalismo em decomposição. A estratégia do “Fora Bolsonaro” é burguesa; contrapõe-se à luta dos explorados, por seu programa próprio de reivindicações, no campo da independência de classe. O movimento dos explorados somente alcançará a independência, se se colocar diante do governo Bolsonaro e da burguesia com suas reivindicações vitais, com seu método próprio de ação direta, e com a organização coletiva. É por esse caminho que o movimento das massas se aproxima e se funde com a estratégia revolucionária própria do proletariado, que é a do governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura de classe da maioria explorada contra a minoria exploradora.

É com essa análise da crise política, com a crítica de classe à estratégia do “Fora Bolsonaro”, e com a defesa do programa de reivindicações da maioria oprimida, que o POR tem convocado e trabalhado para que as manifestações assumam um caráter nitidamente proletário e revolucionário. Temos a firme convicção de que a democracia oligárquica continuará em decomposição, e de que a luta de classes se agravará ainda mais. A vanguarda com consciência de classe somente pode cumprir seu papel de luta pela independência dos explorados, se se guiar pela estratégia da revolução proletária.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR



Décima Terceira Carta do Partido Operário Revolucionário

Aos trabalhadores e à juventude oprimida

A Câmara dos Deputados aprovou a MP1045 bolsonarista. Mais um brutal ataque capitalista aos trabalhadores

As centrais sindicais reagem demagogicamente

Somente a classe operária organizada para a luta pode derrotar a MP1045 e quebrar a ofensiva do capital contra o trabalho

Que os sindicatos, centrais e movimentos rompam com a política de conciliação de classes!

Que convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas, com paralisações e bloqueios!

Que preparem, desde já, a greve geral, para impor à burguesia e seus governantes uma Carta de Reivindicações da classe operária e dos demais explorados!

12 de agosto de 2021

As centrais sindicais – CUT, Força Sindical, CTB, CSP-Conlutas, Intersindical e outras – repudiaram, em palavras, “as mudanças aprovadas na Câmara dos Deputados no texto da MP1045/2021”.

Em seu comunicado, rechaçaram quatro pontos das alterações: 1) “Possibilidade de o trabalhador com contrato de trabalho suspenso contribuir como segurado facultativo (...)”. De maneira que “é o empregador que deve pagar a contribuição previdenciária, e não o trabalhador (...)”; 2) “Instituição do Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego – Priore”. “O Programa traz à tona dispositivos da MP 905, MP da Carteira Verde Amarela”; 3) “Criação do Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva- Requip – e a inclusão do Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário (...)”. “Trata-se de um Programa que promove a exploração da mão-de obra (...)”; 4) “Alteração de vários artigos da legislação trabalhista atual, recuperando dispositivos da MP 905 e MP 927 (...)”. “Há graves modificações nas normas que definem gratuidade de Justiça, afetando, conseqüentemente, o direito de acesso à Justiça (...)”.

Em seguida a esse questionamento, as centrais reivindicam a MP1045, sem que haja nenhuma alteração, denominada de “verdadeiros ‘jabutis’”. Eis: “As centrais sindicais reiteram que o objetivo da MP1045 é reeditar as regras da MP 936, de 2020, com

fins de garantir a redução de jornada e salários, e a suspensão de contratos, para assegurar a manutenção de postos de trabalho durante a crise sanitária causada pela pandemia, e não instituir programas que criam vagas de trabalho precárias, com menos direitos, além de alterar a legislação trabalhista existente e que assegura os direitos da classe trabalhadora”.

O Partido Operário Revolucionário rechaça qualquer apoio ou conivência com a MP936, que se transformou em MP1045. É falso, em todos os sentidos, que a MP de redução de salário com redução de jornada serviu para manter os empregos. Ocorre que as centrais e sindicatos, sem exceção, capitularam diante do plano emergencial de Bolsonaro e do Congresso Nacional, ou seja, do “Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda”. Os capitalistas e o governo, não apenas Bolsonaro, mas também os governadores de oposição, aproveitaram a Pandemia para avançar na implantação da contrarreforma trabalhista.

As centrais sindicais bloquearam as lutas, e isolaram aquelas que se tornaram inevitáveis, como a greve da Renault e o movimento contra o fechamento da Ford e LG, bem como a greve dos Correios contra a privatização. Mais do isso, fizeram acordos de redução salarial, recorrendo à farsa das assembleias virtuais.

Agora, essas direções vêm sendo obrigadas a defender a MP936 e a MP 1045, como se fossem contrapostas, em princípio, aos quatro pontos acima assinalados. A Carteira Verde Amarela bolsonarista (MP905) é de novembro de 2019, portanto, anterior à Pandemia. Na segunda metade de março de 2020, o governo federal e o Congresso Nacional impuseram a MP927, que instituiu o trabalho remoto e revogou direitos. Três dias antes, as centrais cancelaram o Dia Nacional de Luta, que se realizaria em 18 de março, e passaram a trabalhar contra a retomada das manifestações, até 29 de maio de 2021.

Adquira com o distribuidor: R\$ 35

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

O governo e a burguesia se viram diante de um terreno livre. Durante um ano e três meses, avançaram tranquilamente em seus ataques às condições de vida da maioria oprimida. E as direções dos sindicatos e movimentos serviram de instrumento da política burguesa do isolamento social, agindo no sentido contrário da imperiosa necessidade da classe operária, de se erguer contra a burguesia, Bolsonaro e governadores, que foram adiante com a implantação da contrarreforma trabalhista.

Agora, com a remodelação da MP1045, instituíram-se novas formas de trabalho, em que o patronato já não tem a obrigação de cumprir direitos, como 13º salário, férias e recolhimento do FGTS. O Requip dispensa a carteira assinada, o que significa que o assalariado sequer poderá contar o tempo de trabalho para fins previdenciários. O Priore atinge, em particular, algumas categorias que terão reduzido o pagamento de horas-extras, e modificada a sua jornada de trabalho. Além de todos esses favorecimentos ao empresariado, o Tesouro Nacional arcará com um bônus de até R\$ 275. No final das contas, o patronato poderá utilizar até 40% da força de trabalho empregada para a aplicação do Priore e do Requip. Basta combinar essas medidas com o avanço da terceirização, e temos a destruição quase por completo de antigas conquistas trabalhistas. Não se conhece um retrocesso tão amplo, desde a adoção da CLT, em 1943.

Os governos, que vêm impondo as contrarreformas, as privatizações e os cortes orçamentários para a saúde e educação, estão a serviço da burguesia, principalmente do grande capital e do imperialismo. Não se pode combater um governo sem combater a burguesia. É o que têm feito as centrais e a oposição reformista, com sua bandeira de “Fora Bolsonaro e Impeachment”. Não levantaram e não levantam um dedo contra os capitalistas, limitando-se apenas a acusar o governo federal de atacar as condições de trabalho dos assalariados.

A CSP-Conlutas, que surgiu da divisão da CUT, promovida em nome de um sindicalismo classista e independente, tem a desfaçatez de assinar o manifesto das centrais sindicais, e dizer “que os ataques do governo e do Congresso só podem ser barrados pela luta da classe trabalhadora e com a intensificação do calendário de mobilização pelo “Fora Bolsonaro e Mourão, Já”. Esteve alinhada inteiramente com as demais centrais, em torno à bandeira do “fique em casa” e da espera dos resultados da política burguesa do isolamento social. Rompeu sua passividade, quando as demais centrais decidiram romper a sua. Destacamos o papel vergonhoso da CSP-Conlutas, porque é dirigida pelo PSTU,

uma corrente que injustificadamente se reivindica da revolução socialista.

A grande frente burocrática que se armou, desde o cancelamento do Dia Nacional de Luta, de 18 de março de 2020, é responsável por bloquear a luta dos explorados, em especial da classe operária. O antecedente dessa política de colaboração de classes se encontra na negativa de responder à onda de demissões, que se ergueu em 2015, e na incapacidade de levar adiante a luta contra a fatídica reforma trabalhista, imposta por Temer.

Trata-se de organizar imediatamente a luta para derrubar a MP1045 no Senado. O tempo e as condições políticas correm contra os trabalhadores. O dever das centrais é o de, urgentemente, organizar as manifestações, sob a bandeira “Abaixo a MP1045!”.

Desde que a crise mundial de 2008 atingiu o Brasil, e foi se agravando nos anos seguintes, a burguesia intensificou as pressões para que os seus governos lançassem mão das contrarreformas. É obrigatório assinalar que uma de suas primeiras medidas, nesse sentido, ainda que limitada, foi a alteração da Lei do Seguro Desemprego, em 2015, pelo governo de Dilma Rousseff. O golpe de Estado que se seguiu teve por base a implantação das diretrizes internacionais das contrarreformas.

A burocracia sindical se mostrou impotente para organizar a luta unificada dos explorados. Impotência derivada da política de conciliação de classes, da subordinação ao jogo parlamentar, e do avançado estágio de estatização das organizações sindicais. A bandeira de defesa da democracia se confundiu plenamente com a prática da colaboração de classes. Agora, as centrais comparecem curvadas diante da Câmara dos Deputados, reclamando cinicamente do fato dos parlamentares terem introduzido, de contrabando, a Carteira Verde Amarela, e ampliado ainda mais os golpes desfechados sobre a força de trabalho.

Trata-se de organizar imediatamente a luta para derrubar a MP1045 no Senado. O tempo e as condições políticas correm contra os trabalhadores. O dever das centrais é o de, urgentemente, organizar as manifestações, sob a bandeira “Abaixo a MP1045!”.

Esse acontecimento mostra o quanto é necessário pôr em pé um movimento nacional, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Um movimento nacional pela derrubada das contrarreformas antinacionais, antipopulares e antioperárias.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



Boletim Nossa Classe - extraordinário**Política Operária****Abaixo a MP 1045, de Bolsonaro, do Congresso Nacional e dos capitalistas. Que as centrais, sindicatos e movimentos organizem urgentemente um Dia Nacional de Luta.**

Este Boletim Nossa Classe rejeita e repudia a Medida Provisória 1045, aprovada pela Câmara de Deputados. Trata-se de mais um violento ataque à classe operária e aos demais trabalhadores. Isso por que permite aos capitalistas utilizarem até 40% da contratação, pagando um salário menor, eliminando o 13º salário e o direito às férias remuneradas. A justificativa de Bolsonaro e da Câmara de Deputados para tamanha violência é a de que essas novas medidas trabalhistas permitirão a contratação de jovens inexperientes, e de trabalhadores desempregados que tenham acima de 55 anos. Chega-se, assim, a dispensar a

obrigatoriedade da carteira assinada, bem como o recolhimento do FGTS pelo patrão.

A MP 1045 ainda tem de ser aprovada no Senado. Eis por que não há tempo a perder. Ou as centrais e sindicatos organizam a luta unitária dos trabalhadores, ou o ataque de Bolsonaro será concluído.

O Boletim Nossa Classe defende que as direções sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, com mobilizações em todo o país, para derrubar a MP 1045, e defender os empregos, salários e direitos trabalhistas.

Chega de palavreado! É preciso ação

As centrais sindicais soltaram uma nota de repúdio “às mudanças aprovadas no texto da MP 1045”. Pedem um “Projeto de lei específico, devidamente analisado e debatido nas instâncias do Congresso Nacional, com ampla participação das representações dos trabalhadores, dos empregadores e do governo”. Como se vê, as direções sindicais falam muito, e não fazem nada para derrubar a maldita MP 1045. E, ainda por cima, vêm com a enganação de um projeto de lei, elaborado em comum acordo entre os patrões, os trabalhadores e o governo.

Um operário minimamente informado e consciente acredita ser possível uma

lei a favor dos explorados em comum acordo com os exploradores e seu governo? O Boletim Nossa Classe diz que não é possível. O interesse dos capitalistas está no lucro, e, para obterem maior lucratividade, têm de explorar o máximo possível os operários. O interesse dos operários, ao contrário, está na defesa dos salários, dos empregos e dos direitos. A proposta de unir governo, patrão e trabalhadores, em torno a um projeto de lei trabalhista, é uma armadilha, que serve para justificar a falta de ação para derrubar a MP 1045, por meio da mobilização, de manifestações e de greves.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a rejeitarem a política de conciliação de classes das direções sindicais vendidas. Chama os operários a se colocarem pela bandeira de luta “Abaixo a MP 1045! Chama os operários a exigirem das centrais e sindicatos a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. Chama os operários a se colocarem pela convocação de assembleias presenciais em todos os sindicatos. Esse é o caminho para uma verdadeira campanha de luta, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

Bolsonaro e deputados mentem aos trabalhadores

É uma grande mentira que a MP 1045 tem por objetivo incluir jovens e velhos desempregados na produção. E que, para isso, o governo ajudaria o patronato, facilitando a contratação sem carteira assinada, sem piso salarial, sem recolhimento do FGTS, sem pagar o 13º salário, e sem garantir as férias remuneradas. Nesse jogo, supostamente, ganhariam os desempregados e os capitalistas. Essa mentira é tão deslavada, que nenhum trabalhador pode acreditar. Mas, o mais importante é saber por que Bolsonaro e os deputados se socorrem de tamanha mentira. Eles tinham e têm a certeza de que as direções das centrais e sindicatos não iriam, e não irão, mobilizar a classe operária contra medidas tão opostas às necessidades dos explorados.

Todo mundo sabe que existem mais 14 milhões de desempregados, 33 milhões de subempregados, e que mais da metade da força de trabalho do país está inutilizada ou subutilizada. Essa situação se agravou na Pandemia, com fechamento de fábricas e elevação do custo de vida. A aplicação da MP 936, que reduziu jornada e salários, prejudicou enormemente milhões de trabalhadores. Vêm, então, o governo Bolsonaro e enxerta a MP 1045 com medidas que rebaixam ainda mais os salários, e destroem direitos trabalhistas. E o que têm feito as direções sindicais, diante dessa situação de barbárie? Resposta: essas direções têm colaborado com os capitalistas e com o próprio governo Bolsonaro, ainda que digam que Bolsonaro é genocida, e levantem a bandeira do “Fora Bolsonaro”.

O Boletim Nossa Classe afirma que somente a classe operária organizada e em luta pode defender os empregos, salários e os direitos trabalhistas, bem como derrubar as contrarreformas trabalhista e previdenciária. Diante dessa situação, está colocada a luta por: 1) redução da jornada, sem reduzir os salários; 2) estabilidade no emprego; 3) readmissão de todos os que perderam os empregos na Pandemia; 4) estatização das fábricas fechadas, e reabri-las sob o controle operário da produção; 5) revogação da reforma trabalhista de Temer, e da previdenciária de Bolsonaro; 6) derrubar a MP 1045; 7) elevação do salário mínimo ao patamar que corresponda às reais necessidades vitais da família trabalhadora; 8) recuperação das perdas salariais dos últimos tempos.

Campanha salarial metalúrgica Que os sindicatos deixem de embromação e organizem a luta

As direções sindicais dos metalúrgicos não convocaram a assembleia geral, para organizar um poderoso movimento em defesa do reajuste, do aumento salarial e dos empregos. Isso explica por que não há uma verdadeira mobilização coletiva. Sem mobilização, não têm conquistas.

O Boletim Nossa Classe vem defendendo a unificação da campanha salarial, pelos Sindicatos Metalúrgicos do ABC, São José dos Campos, São Paulo e outros. Nenhum passo foi dado nesse

sentido, por suas direções. Se nada for feito, a campanha salarial poderá morrer, nas quatro paredes das reuniões de negociação. O arrocho salarial vai continuar. A terceirização avançará, e a destruição de postos de trabalho não será barrada. O Boletim Nossa Classe chama os metalúrgicos a exigirem das direções dos sindicatos que convoquem a assembleia geral, constituam um comando geral de campanha, eleito na assembleia, e formem os comitês de base nas fábricas. Esse é o caminho da vitória.

A luta do Boletim Nossa Classe, no Ceará Ford anuncia antecipação do fechamento, em Horizonte Defender os empregos com estatização imediata da fábrica, sob controle operário!

A Ford anunciou a antecipação do fechamento de sua fábrica, prevista para dezembro. Comunicou aos 470 operários que encerrará a produção do seu único modelo, o jipe T4, até o fim de setembro, permanecendo apenas com a produção de peças de reposição, até novembro.

O governo do estado (PT) se disse surpreso. Camilo, em palavras, tem dito que não aceitará o fechamento da

unidade, e que buscará um comprador no mercado. A Ford suspendeu as negociações com o governo, e informou que não permitiria a um possível comprador usar seu modelo T4 para continuar produzindo, assim como o uso da marca 'Troller'. Isso significa, na prática, desmontar a unidade, sem permitir a venda.

A reação do Sindiemetal/Força Sin-

dical tem sido a de aceitar o fechamento, e negociar as parcas indenizações. Trata-se, ao contrário, de lutar pela estatização, sem indenização, e sob controle operário! Que o governo estatize imediatamente a fábrica! Que os operários respondam às demissões com a greve e ocupação de fábrica! O Boletim Nossa Classe defende: Fábrica fechada é fábrica ocupada!

Todo apoio à luta dos operários da Cinpal!

No dia 12/8, a direção do sindicato fazia uma assembleia na porta da Cinpal, quando distribuímos o Boletim Nossa Classe. Até o fechamento desse Boletim, não havia ocorrido ainda uma nova assembleia, para decidir os rumos do movimento. As reivindicações são de implantação de um plano de cargos e salários, abertura de negociação sobre o PLR, implantação de um refeitório na fábrica

3, melhoria no plano de saúde, fornecimento de cestas básicas, e transparência quanto aos dados de contaminação por Covid-19.

Sabemos que existem outros problemas, como a retirada das horas-extras e as constantes ameaças contra os operários que se mobilizam em defesa de suas reivindicações, entre outras questões.

O Boletim Nossa Classe declara seu

total apoio à mobilização dos operários da Cinpal! Que a fábrica atenda às reivindicações dos trabalhadores! É preciso que o sindicato organize uma assembleia conjunta, com todas as unidades, para encaminhar a resistência coletiva! A pauta de reivindicações se deve centrar na defesa dos salários, contra a retirada de benefícios e contra as perseguições políticas!

Boletim Nossa Classe – Ecetista

O Partido Operário Revolucionário faz campanha na porta das agências dos Correios contra a privatização, em defesa dos empregos e dos direitos trabalhistas. Publicamos o Boletim que está sendo distribuído.

Nenhuma confiança no Parlamento e na Justiça!

Barrar a Privatização dos Correios com a GREVE nas ruas, com a paralisação das atividades, com a unidade de conjunto dos trabalhadores! A demissão bate à porta: impedir a privatização

Como esperado, por maioria absoluta, 286 votos, a Câmara dos Deputados aprovou, no dia 5 de agosto, o PL591/2021, que permite a chamada "desestatização" da Empresa de Correios e Telégrafos. O projeto prevê a venda da empresa e a manutenção apenas do serviço postal pelo governo.

A intenção inicial de Bolsonaro/Guedes era "vender tudo", desfazendo-se também do serviço postal, mas, para isso, teria

que aprovar uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional), que tem um processo de tramitação mais vagaroso e, ao mesmo tempo, atrairia menos "investidores", já que a empresa estatal atua com este serviço em todos os municípios do Brasil e, como sabemos, as grandes empresas capitalistas do setor (como DHL, Fedex e UPS) querem apenas lucrar com as encomendas nas regiões mais ricas.

Considerando as críticas que a privatização nos Correios vem sofrendo, e para diminuir os choques internos no parlamento, a PL 591/2021 foi aprovada com um mecanismo “atenuador” das demissões imediatas, as quais, sem dúvida, virão: previu a estabilidade por 18 meses, depois de a empresa ser vendida. É com este “cavalo de troia” que deputados e senadores querem fazer passar a privatização. E o primeiro passo já foi dado.

A proposta de mesa de negociação não se dá por maior flexibilidade da direção da ECT, nem por pressão social. Ocorre para adiar a greve da categoria, mantendo-a na passividade. Esse é sentido da “mesa de negociação” sem luta: pura enrolação.

Agora, o segundo e definitivo passo, a aprovação no Senado se coloca. A votação deve ocorrer ainda nos próximos meses, porque o governo pretende vender a empresa no primeiro semestre de 2022, antes das eleições. Não temos dúvida: todas as empresas/setores estatais vendidas, por todos os governos (Collor, Itamar, FHC, Lula, Dilma, Temer), levaram a uma massiva demissão de seus funcionários. É a lógica do capital: aumentar a lucratividade (por meio do aumento de exploração dos trabalhadores empregados), e diminuir os custos, o que inclui a mão-de-obra. Menos trabalhadores, mais exploração = mais lucro.

Essa lógica simples de funcionamento das empresas capitalistas põe por terra toda mentirada, toda encenação das direções sindicais, que vêm realizando “uma grande campanha contra as privatizações” (isso mesmo: direções de trabalhadores da Petrobrás e dos Correios têm afirmado em “lives” e encontros virtuais que estão fazendo uma “grande campanha contra as privatizações” – seria cômica se não fosse trágica a situação).

Ou nos movemos, exigindo a realização das assembleias presenciais em cada cidade, em cada região e por todo o país, ou abriremos as portas para a demissão em massa, que ocorrerá com a privatização dos Correios.

As assembleias do dia 17 de agosto e as ilusões na negociação sem luta

Em 17 de agosto, a FENECT e a FINDECT orientaram suas bases para a realização de assembleias (presenciais ou remotas, de acordo com a região). Em São Paulo, por exemplo, ocorreu de forma virtual com a falação apenas da diretoria, e a votação eletrônica sobre a manutenção ou não do “estado de greve”, que foi aprovado. Em outros estados, a exemplo de Pernambuco, houve assembleia e aprovação de

paralisação de 24 horas para a incorporação no ato nacional contra a Reforma Administrativa. Em vários estados, eceletistas participaram dos atos do 18 de agosto, seja porque estavam na paralisação das 24 horas, aprovada pela categoria, ou já haviam aprovado a participação no ato contra a Reforma Administrativa, a exemplo de Rondônia, Paraná e Minas Gerais.

O problema fundamental é que tanto a direção da FINDECT, dirigida pela CTB e mais abertamente traidora, quanto a direção da FENECT, cutista, não se propuseram a defender o início da greve por tempo indeterminado da categoria, começando com os atos do 18 de agosto. Isso porque ambas já haviam acordado uma mesa de “mediação” com a direção da empresa para o dia 19. Isto é, esperam reverter a perda dos 50 itens do Acordo Coletivo de Trabalho, e impedir a implementação de banco de horas em mesas de negociação, sem luta e pressão de toda categoria. Pura ilusão! A proposta de mesa de negociação não se dá por maior flexibilidade da direção da ECT, nem por pressão social. Ocorre para adiar a greve da categoria, mantendo-a na passividade. Esse é sentido da “mesa de negociação” sem luta: pura enrolação.

Organizar a Greve e impulsionar um Dia Nacional de Luta

A pressão parlamentar é o caminho que a FINDECT sempre defendeu. A FENECT, pelas diferenciações internas em sua composição, convoca atos e assembleias presenciais, mas, como vimos o ano passado, seguiu a orientação de desmantelar a greve, apoiando-se no judiciário. As direções sindicais de ambas esperam as audiências públicas no Senado, para “reverter” a aprovação da PL 591. Nada mais falso.

Não temos nada a perder lutando. Teremos, ao confiar nas direções sindicais que nada fazem de efetivo. Temos nossos empregos na berlinda e precisamos lutar! A organização da GREVE da categoria é o primeiro passo para a mobilização nacional. Temos clareza que não impediremos a privatização e reconquistaremos nossos direitos, destruídos o ano passado, apenas com nossa mobilização, ou de forma corporativista. Precisamos da unidade com o conjunto dos trabalhadores. Mas, para isso, temos de iniciar nossa GREVE e pressionar todas as direções, no sentido de organizar um Dia Nacional de Paralisação, com luta nas ruas. A construção da greve geral é que poderá barrar os planos do governo, impedir a privatização e garantir vitória. Apenas com a paralisação total das atividades, com a luta unitária com outros setores de trabalhadores e, sobretudo, com a unificação com a classe operária, é que poderemos garantir os empregos, os salários e os direitos.

Por fim, o Boletim faz o chamado para a paralisação no dia 18 de agosto contra a reforma administrativa e a atuação organizada nos atos nacionais.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Boletim Nossa Classe – Ceará- agosto

O Boletim denuncia a indústria Guararapes, que vem obrigando os operários a trabalharem aos sábados. O patrão tem como meta o aumento da produção, para compensar o período da Pandemia, em que o comércio ficou fechado. Como não contrata mais mão-de-obra, aumenta a carga horária, de 44 horas, para 52 horas semanais. Além de trabalhar aos sábados, não estão recebendo, ou mesmo se vão receber por esse dia a mais. Para o patrão, significa aumento dos lucros. Para o trabalhador, superexploração e fadiga. Devemos exigir o que é de nosso direito: a) pagamento imediato dos sábados já trabalhados; b) as horas a mais que foram trabalhadas devem ser pagas como horas-extras; c) fim do trabalho aos sábados; d) contratação de mais mão-de obra.

Faz também a denúncia da elevação do custo de vida. Os preços dos produtos da cesta básica estão nas alturas, e não há o reajuste automático dos salários. Resultado: o salário, que já é minguado, mal dá para os primeiros dias do mês. Assim, defende a reivindicação: conforme aumenta o custo de vida, os salários automaticamente devem ser reajustados. Isso se chama Escala móvel de salários. Essa é a única maneira de recompor o seu poder de compra. Juntamente com essa reivindicação, é preciso lutar pelo salário mínimo que cubra as necessidades de uma família trabalhadora. Segundo o Dieese, o salário necessário deveria ser de R\$ 5.300,00.

Fortaleza

Repressão aos feirantes expõe o autoritarismo do prefeito José Sarto/PDT

Na madrugada do dia 14/08, os feirantes de rua da José Avelino, no centro de Fortaleza, foram reprimidos pela guarda municipal, com bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e cassetetes. Os feirantes tentaram resistir, jogando pedras, paus e fazendo barricadas. As cenas violentas ganham as manchetes. A motivação seria impedir o funcionamento da feira “irregular”, que só é permitida dentro dos galpões, e que tem início na madrugada. O conflito entre a guarda municipal e os feirantes se arrasta desde 2008, quando a feira mais importante da cidade cresceu, avançando sobre ruas próximas. Em 2020, a feira foi suspensa, em razão da Pandemia e do isolamento social rigoroso. A fome, a falta de renda e o sufoco das famílias de feirantes se acumularam, no último período. Mal teve início o relaxamento dos decretos, os feirantes retomaram com esforço redobrado o trabalho das vendas. Nesse contexto, onde os explorados foram deixados à própria sorte, as barracas se multiplicaram, para muito além dos limites estabelecidos pela prefeitura, o que tem motivado a ação da guarda a pretexto das contaminações.

Na madrugada do dia 18/08, ocorreu a repressão mais violenta até aqui, com os ambulantes fazendo um protesto, pedindo autorização para trabalhar no local. Durante o ato, um grupo bloqueou parte da Avenida Alberto Nepomuceno, segurando cartazes, e com gritos de “polícia é para ladrão e não para cidadão”. O Grupo de Operações Especiais (GOE) da Guarda atacou os ambulantes em formação com escudos, enquanto os feirantes gritam palavras de ordem. Houve correria, confronto entre os grupos, tiros de borrachas e gás, enquanto os ambulantes jogam pedras, rojões e ateavam fogo em objetos. Um feirante foi baleado, e morreu no hospital.

O secretário de municipal de segurança, coronel Holanda, informou que a guarda recorreu à ação, depois de fracassada a tentativa de remoção pelo diálogo. Sarto se pronunciou somente depois da morte do feirante, prometendo encontrar uma alternativa “digna” para os ambulantes.

A prefeitura deve ser responsabilizada pela morte do feirante. A fala de Sarto, anunciando apuração sobre possível excesso da guarda, não passa de hipocrisia, uma vez que não teve nenhuma consideração para com as famílias que tiram seu sustento da feira. O uso da guarda contra trabalhadores, que só almejam sobreviver em meio a crise, é uma ação covarde, que expõe a face autoritária da oligarquia Ferreira Gomes.

A situação dos feirantes reflete a desintegração econômica capitalista. São vítimas do desemprego crônico, do fechamento de empresas e das demissões. O POR apoia a reivindicação de direito ao trabalho para todos os feirantes, assim como o fim da repressão e perseguição pela guarda. Convoca os ambulantes e feirantes a levantarem a bandeira de empregos a todos, por meio da redução da jornada de trabalho sem redução de salário (escala móvel), salário vital, fim das terceirizações, vacinação universal, direitos trabalhistas e reabertura de todas as fabricas fechadas!

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO
OU BARBARIE



Boletim Nossa Classe – Rio Grande do Norte, agosto

O Boletim abre com a denúncia das fábricas da Guararapes de Natal e Fortaleza, sobre o aumento da jornada, e trabalho aos sábados. O que tem levado à exaustão dos operários. Enquanto superexplora a mão-de-obra, a o grupo Guararapes teve um lucro de R\$ 46,1 milhões, no trimestre de abril a junho deste ano. Com certeza, o lucro milionário da Guararapes veio do sacrifício da saúde física e mental dos operários nas fábricas. É assim que os patrões enriquecem, arrancando até a última gota de suor dos operários, para aumentar seus lucros. Diante dessa situação, as direções sindicais, que deveriam organizar os operários para lutar contra tamanho abuso patronal, não movem uma palha. Está aí por que é fundamental a organização de uma oposição classista, para que o sindicato seja colocado a serviço da defesa das reivindicações dos operários.

Em outra nota, denuncia a morte do operário da fábrica Vicunha, em acidente de trabalho. Segundo relatos, o operário trabalhava como empilhador no depósito de fios, veio a óbito após ter seu corpo prensado por rolos de tecido cru, que pesam em média 3 toneladas. A nota diz que não se pode encarar o acidente de trabalho como uma mera “fatalidade”. Certamente, as medidas de segurança falharam, ou o trabalhador prensado pelas metas estipuladas (aumento de produtividade) pela empresa não viu o perigo de perder a vida. Em

ambos os casos, a responsabilidade é inteiramente da empresa Vicunha.

O Boletim mostra a que ponto chegou a terceirização no ramo dos petroleiros. Diz que a terceirizada RCS Tecnologia vem descontando salários, em virtude de danos materiais relacionados ao trabalho. Os petroleiros relatam, por exemplo, que, quando ocorre algum dano a um veículo da empresa, o que é comum devido à má qualidade das estradas, são obrigados a pagar pelo conserto com descontos nos salários. Está aí a necessidade de organização dos trabalhadores terceirizados. O que implica a unidade com os petroleiros efetivos. Um só movimento, em defesa do fim dos descontos e da terceirização e contratação de todos os terceirizados pela Petrobrás.

Por fim, o Boletim denuncia o governo e o Congresso Nacional pela aprovação da MP 1045. Diz que, além de dar continuidade ao programa de redução de jornada com redução de salários, e de suspensão de contratos, institui novos regimes de trabalho, que precarizam ainda mais os direitos trabalhistas. A MP 1045 é o aprofundamento da reforma trabalhista. Denuncia as direções sindicais, que se limitaram a discursos contra a MP bolsonarista, mas se recusam a convocar as assembleias presenciais para preparar um movimento nacional para enfrentar as contrarreformas de Bolsonaro e Congresso Nacional.

São Paulo

Participação da Corrente Proletária estudantil no ato do “dia do estudante”

No dia 11 de agosto, a UNE e demais entidades estudantis realizaram um ato do “dia do estudante”, pelo centro de São Paulo. Essa data foi lembrada como o aniversário da UNE, que completou 84 anos, e utilizada para anunciar a nova presidente, Bruna Brelaz, eleita em um congresso virtual, em julho.

Não houve empenho das direções estudantis de convocarem o ato, daí a pouca presença. Seguindo a mesma estratégia das manifestações dos últimos meses, o ato esteve sob as bandeiras do “Fora Bolsonaro”, “Impeachment Já!” e pela eleição de Lula em 2022. Imbuídos no reformismo pequeno-burguês, a maioria das organizações, em seus discursos e palavras de ordem, se limitou a falar apenas de alguns dos problemas pontuais que a educação enfrenta, e, sobretudo, a fala do ministro Milton Ribeiro, na qual ele diz que “a universidade deve ser para poucos”.

Como direções burocráticas, cercearam o direito da Corrente Proletária/POR de se pronunciar no ato. Usaram a velha desculpa dos burocratas, ou seja, falar no percurso. No final, os poucos manifestantes que restaram se dispersaram. Assim, a intervenção se concentrou na vendagem do jornal Massas, com a distribuição do boletim e por meio de palavras de ordem. Eis aí porque é urgente constituir direções classistas, diretamente vinculadas às necessidades dos estudantes e à defesa da educação pública e gratuita em todos os níveis.

São Paulo –ABC

INTERVENÇÃO DO POR NO ATO DO MOVIMENTO “MULHERES DO ABC”

O movimento “Mulheres do ABC”, agrupamento composto por militantes de variados partidos do ABC, chamou um ato de rua, no dia 14 de agosto, em Santo André, com as consignas “Fora Bolsonaro”, “Moradia” e “Vacina”. O POR interveio em defesa dos empregos e salários, e pela construção de uma Frente única de luta na região do ABC. Salientou que a bandeira do “Fora Bolsonaro” está atada ao eleitoralismo burguês de troca de um governo burguês por outro. Somente a unificação dos explorados, com seus métodos próprios de luta, com os comitês, plenárias e assembleias, poderá barrar os profundos ataques e conquistar suas reivindicações mais sentidas. Criticou as direções sindicais e estudantis da região, por terem se refugiado nos “atos virtuais”, deixando os oprimidos à mercê da resposta burguesa à Pandemia, que levou ao aumento do desemprego, à mortandade e a mais miséria. Ressaltou a importância da luta unificada na região, não apenas uma luta de mulheres. Por fim, o POR chamou a classe operária e demais explorados a se unificarem e convocarem um dia nacional de luta, com paralisações e bloqueios, preparado pelas assembleias presenciais e comitês de luta.

São Paulo

Boletim Juventude em Luta – Corrente Proletária Secundarista

O Boletim abre com a campanha do POR em torno à bandeira de convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa de um programa próprio dos explorados. Mostra que os ataques não param. A burguesia, governo e Congresso Nacional impuseram a privatização dos Correios, a PL da grilagem de terras e a MP 1045, de corte de direitos. Está na mira do governo ainda a PEC 32, da reforma administrativa, que visa a golpear particularmente a estabilidade do funcionalismo público. Doria segue a mesma receita, com o PLC 26, que também ataca direitos dos servidores públicos. Diz que, enquanto o governo está na ofensiva, as direções sindicais permanecem passivas. As manifestações que têm ocorrido sob a bandeira do “Fora Bolsonaro” têm a estratégia burguesa de trocar um governo burguês por outro, ou pelo impeachment, ou pelas eleições de 2022. Conclui ressaltando a defesa

de uma Carta de Reivindicações, que tem com centro a defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas e pela independência de classe.

Traz uma nota, denunciando os ataques de Doria à educação pública, por meio dos projetos privatistas e do ensino a distância. Destaca a importância de constituir os grêmios livres, independentes dos diretores e coordenadores de escolas. Por meio desses grêmios, convocar as assembleias estudantis, nesse momento de retorno às aulas presenciais. Finaliza com o chamado: 1) que as direções da UNE, UBES e UMES convoquem as assembleias presenciais, para organizar a resistência coletiva contra os ataques dos governos; 2) que se construam os grêmios livres, independentes das direções escolares, dos governos e da burguesia; 3) que seja aprovado um programa de reivindicações em defesa da educação pública e das condições de vida da juventude oprimida; 4) pôr abaixo todos os projetos

privatistas e de precarização dos serviços públicos, com a luta nas ruas; 5) erguer um movimento nacional, em defesa da bandeira “Nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem fora do trabalho”; jornada de 4 horas no trabalho e o restante para os estudos e lazer.

Também denuncia a contrarreforma do ensino médio. Diz que o “Novo Ensino Médio” não é uma mudança progressiva, que vem para resolver os problemas da Educação. Não. Trata-se de uma “contrarreforma”, ou seja, uma medida de ataque à educação pública, à juventude e aos trabalhadores. Mostra que a rejeição à farsa do “Novo Ensino Médio” se dará com a luta dos estudantes, professores e demais trabalhadores.

O Boletim conclui com a formação política, por meio da explicação do significado da bandeira “independência de classe”, analisando o momento da Pandemia e as necessidades concretas dos estudantes e demais explorados.

São Paulo

Boletim da Corrente Proletária – funcionários de escola

A Corrente Proletária apresentou sua tese para o Congresso da Afuse. Tem como chamado:

“Por um verdadeiro Congresso da Afuse, presencial; Romper a trava da passividade da direção da Afuse. É preciso um sindicato para a luta”. Diz: “Há um ano e meio, o sindicato continua com as portas fechadas. As reuniões, eleições e, agora, o Congresso são virtuais. Mesmo com o rompimento parcial da passividade das direções sindicais e políticas, com as manifestações de rua de 29 de maio, e as que ocorreram em 19 de junho e 3 e 24 de julho, a direção da Afuse permanece recolhida. Mesmo com todos os funcionários da educação já na labuta do dia-a-dia, a direção da Afuse continua entocada, repetindo o discurso hipócrita, usado por Doria no início da Pandemia, de defesa da “Vida”. Trata-se de uma direção que há muito se burocratizou, mas que aproveitou o longo período de pandemia para abolir tudo que é presencial, e implantar a maior excrescência do sindicalismo, que são as assembleias, congressos e eleições virtuais.

A Afuse, dirigida por uma burocracia petista, vem servindo de auxiliar para implantar as duras medidas do governo. Ao rejeitar a organização dos funcionários para enfrentar os brutais ataques de Doria e impor as reivindicações de defesa das condições de existência dos trabalhadores da educação, a burocracia

dirigente transformou o sindicato em um organismo sem vida, morto.

Nesse momento, usa o sindicato para convocar um Congresso de “faz de conta”, com delegados eleitos há três anos atrás, com o objetivo de aprovar um plano de lutas virtual. Trata-se de uma situação patético-trágica. Para o governo, não passa de um Congresso patético. Para os funcionários, é trágico. Nada que for decidido por esse Congresso fantasma (virtual) tem valor para a luta dos trabalhadores.

A Corrente Proletária não participa dessa farsa. Ao contrário, denuncia essa política da direção do sindicato. E chama os funcionários da educação a participarem da Oposição Classista, e a exigirem da direção a convocação de assembleias e de um Congresso, que só pode ser presencial, e com delegados eleitos diretamente nas escolas.

Nesse sentido, apresenta sua contribuição para um verdadeiro Congresso, que sirva para organizar a resistência dos funcionários, particularmente, nesse momento que está prestes a ser aprovada a reforma administrativa (PEC 32) e o PLC 26, de eliminação de direitos e punição aos trabalhadores da educação”. A tese consta de 3 pontos: a) situação política e as tarefas; b) balanço da direção da Afuse; c) plano de lutas.

São Paulo - Capão Redondo

Mobilização presencial dá um passo na defesa do CEU Capão Redondo

A Corrente Proletária, pais e trabalhadores da educação, após as manifestações, conquistaram o compromisso por escrito por parte da DRE de não fechamento do CEU Capão Redondo. Uma questão técnica, contudo, dada a falta de transparência e as medidas arbitrárias por parte dos órgãos do governo municipal, se converteu em um problema político. As famílias, os estudantes e os trabalhadores passaram a temer o fechamento do CEU, com a perda da escola, o que incluía ficar sem um dos poucos polos de ensino para surdos na cidade. O processo de transição, com a necessária transferência para outras unidades, foi feito de forma autoritária. Após idas e vindas, inclusive

com uma visita de cobrança diretamente à Secretaria Municipal de Educação, o movimento ainda não havia obtido qualquer compromisso por escrito, apenas algumas promessas verbais – fato que só serviu para alimentar ainda mais a preocupação das famílias e dos trabalhadores, gerando dúvidas quanto aos verdadeiros objetivos que poderiam estar por detrás da interdição do CEU. Cabia exigir da DRE respostas formais e registradas oficialmente. Entre as reivindicações, constavam: garantia da manutenção do CEU, com retorno de estudantes, professores e funcionários; manutenção do polo bilíngue; transporte gratuito até as novas Unidades, dentre outras.

Com a força da mobilização – apesar do corpo-mole da direção do SINPEEM – foi possível conquistar a garantia, lavrada em ata, do atendimento de todas as reivindicações. É claro que nada está resolvido ainda, trata-se apenas de um ponto de partida, que permitirá o acompanhamento e a cobrança por parte da comunidade e dos trabalhadores. Mesmo com essa ressalva, o movimento considerou um passo adiante. A tarefa que cabe agora é de avançar na organização coletiva, para continuar lutando. A Corrente Proletária na Educação/POR interveio diretamente, mostrando a importância das reuniões e manifestações presenciais.

Rio de Janeiro

Boletim da Corrente Proletária na Educação

O Boletim denuncia a conduta da direção majoritária do SEPE. Diz que na última assembleia, em 7 de agosto, depois de 18 meses de pandemia e de paralisia dos sindicatos em geral no país, e do SEPE em particular, a discussão foi sobre as eleições e congresso sindicais. Mostra que sem assembleias presenciais e mobilização, qualquer debate sobre data de congresso ou de eleições é só disputa de cargos. Isso ocorre quando os trabalhadores da Educação estão sob o fogo cruzado, entre o retorno às aulas presenciais e as pressões em torno à adesão ao ensino remoto (EaD). A direção do sindicato se recusa a convocar assembleia presencial, o que impede a organização coletiva para responder a esses profundos ataques. A situação se agrava diante a iminência da aprovação da reforma administrativa, que põe fim a uma das conquistas históricas do funcionalismo, que é a estabilidade. Enquanto governos e Congresso Nacional estão na ofensiva, a direção do SEPE continua com o discurso do isolamento social, contendo o descon-

tamento e articulando, virtualmente, as eleições e congresso sindical. O Boletim da Corrente Proletária conclui, exigindo que o sindicato convoque a assembleia presencial, para que os trabalhadores da Educação aprovelem o verdadeiro caminho da luta, bem como um Congresso, também, presencial.

O Boletim traz também a campanha da Corrente Proletária de convocação para o ato nacional presencial de 18 de agosto, contra a reforma administrativa. Destaca que a luta é pela retirada imediata da PEC 32, em defesa da estabilidade para todos os trabalhadores! Para isso,

É preciso vincular essa luta ao combate mais amplo contra o governo Bolsonaro e a burguesia, erguendo as bandeiras de defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação para todos, priorizando os pobres e miseráveis. Defende que o dia 18 seja o ponto de partida para um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios.

Ato e assembleia no CRUSP em defesa da moradia e contra a PM no campus

No dia 13 de agosto, foi realizado um ato nos corredores do CRUSP, contra a ameaça de despejo dos moradores do Bloco D, e contra a presença da Polícia Militar no campus. O ato foi pequeno e composto essencialmente pela militância organizada de diversas correntes, expressando o impacto de mais de um ano e meio de influência da política burguesa de isolamento social – ainda defendida pelas principais direções e organizações es-

tudentis na USP. Após o ato, foi realizada uma assembleia estudantil, convocada pelo comitê responsável por organizar a luta contra o despejo.

O POR esteve presente no ato e na assembleia, fazendo a defesa de que o movimento não deve se subordinar à via jurídica, e de que deve assumir reivindicações que não se subordinem ao campo do ataque da reitoria. Nesse sentido, fez a defesa de

que o movimento organize sua luta em torno de uma lista de reivindicações apresentadas à SAS e Reitoria, em que conste: a devolução dos blocos K e L para moradia, controle estudantil da moradia – com todas as reformas estando subordinadas à deliberação em assembleia estudantil e com o plano de reformas de acesso público; desativação da base da PM na USP e efetivação de todos os moradores irregulares do CRUSP. Para potencializar a luta em torno dessas reivindicações, defendeu a necessidade de dar continuidade aos atos em defesa da moradia e contra a PM no campus, e de o DCE convocar uma assembleia geral presencial dos estudantes da USP.

A direção do DCE da USP (PT e, em menor grau, PCdoB) tem até o momento defendido uma política de omissão e convivência com o despejo dos moradores do CRUSP, e a manutenção da base da polícia militar no campus. No ato estudantil, realizado em 11 de agosto, no Centro da cidade, a direção do DCE da USP fez uma intervenção inócua, defendendo a educação, em abstrato, sem apresentar os problemas concretos da USP, que refletem diretamente o ataque à permanência estudantil, à tendência de

remilitarização, e o avanço do privatismo sobre as universidades do país. No ato do dia 13, a direção do DCE, que possui originalmente de 300 a 400 membros e simpatizantes, não enviou um único representante. Na assembleia, a única representante do DCE presente rejeitou a realização de uma assembleia geral presencial, sob o pretexto da política de isolamento social, parecendo se esquecer que faz parte da mesma entidade que vem convocando a participação nos atos massivos contra o governo Bolsonaro, que reúnem dezenas de milhares. Todas as organizações políticas presentes, à exceção do POR, ou se abstiveram ou assumiram o voto pela assembleia virtual, expressando uma linha de, em maior ou menor grau, seguidismo à direção petista. Por meio dessa política de omissão, a direção do DCE tem sido também responsável pelo avanço do privatismo e da presença da polícia militar na universidade, bem como pelo ataque direto ao direito à moradia e permanência estudantil, que agora ocorre. Sua superação e substituição por uma direção revolucionária é uma condição necessária para a vitória do movimento estudantil da USP contra os ataques sobre a universidade pública.

Boletim da Corrente Proletária estudantil distribuído no CRUSP

Eis um breve resumo: Ao fim de julho, os moradores do bloco D do CRUSP foram surpreendidos com o anúncio de que teriam de evacuar seus apartamentos até o dia 15 de agosto – prazo que agora foi prorrogado para o dia 31. O pretexto da Superintendência de Assistência Social (SAS) para tal anúncio é o de uma reforma no bloco, programada para iniciar em setembro. Aos moradores regulares, foram dadas duas opções: serem realocados para outro apartamento – supondo que isso é possível – ou receberem um auxílio moradia de 500 reais – que mal paga uma cesta básica. Aos moradores irregulares, até o momento está vetada qualquer alternativa. Esse despejo ocorre à revelia da promessa de devolução dos Blocos K e L, feita desde 2010. Blocos estes desativados e, uma parte, ocupada pela PM. O despejo está a serviço da política privatista da reitoria, basta ver que, concomitantemente, estabeleceu-se parceria entre a reitoria e as empresas privadas Uliving e Share Student Living, para fornecer bolsas de auxílio moradia, além do anúncio da inauguração de uma universidade privada do banco BTG. Para assegurar tal privatismo, a reitoria faz uso, cada vez mais ostensivo, da PM

no campus, cuja base, posicionada ao lado do CRUSP, procura conter a revolta dos moradores, abandonados ao longo da Pandemia, e, agora, despejados. As direções do movimento oscilam entre a omissão conivente e a subordinação às vias institucionais e jurídicas, procurando negociar “condições” para a realocação dos moradores, que, na prática, é o despejo.

Esse ataque aos moradores do CRUSP é parte de um ataque geral à permanência estudantil, sobretudo em uma universidade que há mais de uma década não concede um ajuste nas bolsas estudantis de acordo com a inflação. Nesse sentido, o POR vem defendendo que os estudantes assumam a luta por permanência e contra a PM na USP, por meio de seus métodos próprios, sem se subordinar às vias jurídica e institucional. Tem feito a campanha para que o DCE convoque uma assembleia geral presencial dos estudantes da USP, para organizar a luta em torno da devolução dos blocos K e L e controle estudantil moradia, que a reforma esteja inteiramente subordinada à deliberação dos estudantes em assembleia; desativação da base da PM no campus, e efetivação de todos os moradores irregulares no CRUSP.

Ceará

Boletim da Corrente Proletária- Caucaia

O Boletim denuncia o prefeito de Caucaia, Vitor Valim (PROS), que continua atrasando os salários na saúde (técnicos de enfermagem), que não convoca os professores contratados e que, agora, criou um novo imposto municipal (a taxa do lixo). Desde 1º de janeiro de 2021 (data base da categoria), nenhum reajuste foi concedido ao magistério. Os professores exigem que o prefeito arque ao menos com a inflação do período (4,52%). As direções sindicais continuam em quarentena. É preciso responder aos ataques do prefeito com a luta nas ruas, para isso, é fundamental que o sindicato convoque uma assembleia presencial para organizar a campanha salarial.

O Boletim faz campanha para que as direções do Sindsep, Apeoc e Apromuc convoquem uma assembleia unificada para aprovar a luta pelas reivindicações. A divisão facilita o prefeito. A unidade, por sua vez, fortalece a luta do funcionalismo. Levanta também a bandeira de um sindicato único dos servidores municipais em Caucaia.

Traz também o problema do retorno às aulas presenciais. Os prefeitos e o governador sinalizam com a volta às aulas. Para responder a essa determinação, é preciso que as direções sindicais convoquem as assembleias presenciais, para responder coletivamente ao retorno e rejeitar terminantemente o ensino remoto (EaD).

Rondônia

Responder aos ataques do governador e prefeito por meio da assembleia presencial

O governador, Marcos Rocha, e o prefeito, Hildon Chaves, aproveitaram o imobilismo da direção do sindicato para impor o retorno das aulas presenciais aos alunos e professores das redes estadual e municipal. Por outro lado, a direção do SINTE-RO (Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia) insiste nas assembleias virtuais. Chegou ao ponto de “deliberar” virtualmente a “greve sanitária”. Bastou o governo recorrer à Justiça e obter uma liminar contra a “greve sanitária”, instituindo as multas diárias, para que a direção do sindicato acatasse imediatamente. Como as assembleias virtuais são fantasmas, restou aos burocratas os discursos de que adotarão medidas cabíveis contra a decisão do judiciário e do governador. E passou a orientar em palavras que farão a fiscalização nas escolas para constatar as irregularidades acerca das medidas de biossegurança. O mesmo se passou na prefeitura. No dia 17 de agosto, a Justiça determinou a suspensão da “greve sanitária” do município de Porto Velho, com as mesmas sanções impostas aos trabalhadores estaduais. Coube à direção do sindicato repetir a mesma ladainha.

A Corrente Proletária da Educação exige que o sindicato convoque uma assembleia presencial, para que os trabalhadores da educação, unificados, estadual e municipal, possam responder com luta aos ataques dos governantes, que incluem a reforma administrativa. Mostrou que a “greve sanitária” é uma farsa, condicionada à bandeira do “fique em casa”. E fez campanha pela paralisação no dia 18 de agosto, contra a reforma administrativa de Bolsonaro e Congresso Nacional.

Rio Grande do Sul

Ato contra a privatização da Corsan



O Sindiágua-RS convocou manifestações para o dia 10 de agosto, em diversas cidades do Estado, contra a privatização da Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento). Em Porto Alegre, os funcionários da companhia se reuniram, em frente à sede administrativa, e ouviram as falas dos dirigentes sindicais, a maioria no sentido de atacar o atual diretor da Companhia, Roberto Barbuti, escolhido pelo governador Eduardo Leite, para facilitar o processo de privatização.

Após as falas, houve uma marcha até a Assembleia Legislativa, onde o protesto prosseguiu. Com o carro de som estacionado na porta do Palácio Piratini, os dirigentes do sindicato fizeram denúncias sobre irregularidades relacionadas à Corsan, como vazamento de informações da empresa para concorrentes, pressão sobre as prefeituras para permitirem aumento da cobrança sobre o serviço pelos futuros proprietários, ausência de opinião técnica sobre a empresa ser ou não capaz de prestar os serviços que oferece, entre outras.

A saída apresentada pela direção do sindicato foi a abertura de um processo no Tribunal de Contas, a pressão sobre os parlamentares que votarão a privatização e, de forma bem direta, a escolha de um novo governo nas eleições de 2022, que seria o “resultado dessa luta, que não vai ser obtido hoje, mas virá no primeiro dia de 2023”. Ainda houve uma fala da presidente do CPERS (Centro dos Professores do Estado do RS), que fazia uma vigília no local, ressaltando a importância da unidade entre as categorias profissionais na luta contra o governo de Eduardo Leite e seus ataques aos trabalhadores.

Distribuímos um panfleto, o qual apontava as implicações da privatização da Corsan, como das outras estatais, que foram vendidas ou estão sob ameaça, e denunciava a passividade das centrais e sindicatos, que se recusam a organizar uma luta de verdade, e se limitam à demagogia, promovendo abaixo-assinados, apelando à boa vontade de parlamentares e à justiça burguesa. Eis o manifesto:

NÃO à privatização da Corsan! Mantê-la estatal, sob controle operário!

No início do ano, o governo do estado havia anunciado a venda da Corsan – Companhia Riograndense de Saneamento –, facilitada pelo projeto de lei, aprovado pela Câmara de Deputados, meses antes, enquanto as centrais sindicais e direções realizavam teatros virtuais e se recusavam a organizar a luta contra os inúmeros

ataques que o governo nos impôs. A privatização da Corsan segue a diretriz do marco regulatório do saneamento, sancionado pelo governo federal em 2020, e que estabelece a privatização de todo o saneamento nacional. Isso é parte da política de privatizações do governo Bolsonaro, que inclui ainda os Correios, por exemplo.

No início de junho, foi promulgada a PEC 280, que objetivava derrubar a obrigatoriedade da consulta popular para desestatização e, assim como prometido por Eduardo Leite, a privatização foi encaminhada às pressas. Segundo o governador, a empresa não é capaz de atender às exigências da suposta universalização do serviço de saneamento, pretendida pelo marco legal de saneamento.

Sabemos muito bem que o real propósito por trás da entrega de estatais é colocar nas mãos de um punhado de capitalistas todo o lucro obtido através desses serviços. Sabemos também que a privatização não vai assegurar saneamento a todos e com bom atendimento, mas ao contrário: a finalidade será lucrar, e não atender as necessidades da população. Isso, além de encarecer as contas e transferir dinheiro público para um ente privado, resulta no completo descaso com a infraestrutura, e riscos ambientais.

Os trabalhadores da Corsan já vêm sentindo as consequências da entrega da estatal, através da transferência de alguns setores para empresas terceirizadas. Há anos sem concurso público para as funções mais importantes, os funcionários estão expostos a condições precárias de trabalho. A privatização levará a demissões e redução dos salários, impondo o trabalho precarizado, praticamente sem direitos e superexplorado.

Não apenas a Corsan, mas também a Companhia Carris Porto-Alegrense está ameaçada, sem contar a já falecida CEEE – Companhia Estadual Transmissão de Energia Elétrica –, que foi a leilão no último mês. E assistimos passivos à entrega dos Correios, que está praticamente concretizada, e que vai levar à demissão de dezenas de milhares, e encarecer ter-



ivelmente a entrega para locais mais distantes.

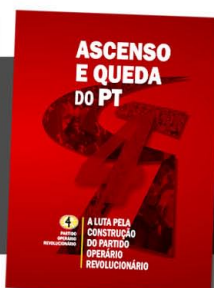
A direção do Sindiágua-RS se limita a lamúrias, abaixo-assinados, pressão parlamentar, entre outros métodos que nos são estranhos, porque não são efetivos na luta contra a exploração capitalista, seguem a diretriz das centrais sindicais, que estão empenhadas no desgaste do governo, com vistas às eleições do próximo ano. Os trabalhadores da Corsan, da Carris, da CEEE devem travar uma batalha contra a inércia das centrais sindicais, e exigir que se organize uma luta de verdade contra as privatizações e pela estatização do que nos foi arrancado, com controle operário sobre essas empresas!

Trata-se de uma luta que é geral, de todos, em especial os mais pobres, que são os que dependem dos serviços sociais públicos, e não podem pagar e bancar os lucros capitalistas sobre eles.

A luta contra as privatizações deve se somar à defesa dos empregos e salários de todos, bem como dos direitos ataca-

dos. É preciso, também unir empregados e desempregados, numa mobilização nacional. As reivindicações devem constar numa carta de reivindicações, que deve nortear o movimento, por meio de um dia nacional de luta, com paralisações e bloqueios. Organizando uma greve geral nacional. Para isso, é preciso que os sindicatos convoquem as assembleias presenciais, discutam e votem as reivindicações e organizem a luta, com independência de classe, com os métodos próprios de luta dos explorados. NÃO à privatização da Corsan e da Carris! Mantê-las estatais, sob controle operário! Reestatização da CEEE, sob controle operário! Unida na luta contra as privatizações, demissões e precarização do trabalho! Organizar nacionalmente os explorados por meio de suas reivindicações próprias e métodos de luta! Nada de subordinar as reivindicações ao parlamento ou às disputas eleitorais! Que os trabalhadores tomem a resolução de seus problemas nas próprias mãos!

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS



PANASONIC anunciou o fechamento

Nossa luta em defesa dos postos de trabalho

A Panasonic, que atua no Brasil há 40 anos, irá encerrar a produção e a venda de TVs. É a segunda indústria de televisores que encerra suas atividades, a primeira foi a Sony, que anunciou a medida em setembro de 2020, ambas sediadas na Zona Franca de Manaus. Com essa decisão, a empresa vai demitir 130 operários, até o final desse ano.

Como se pode notar, mais uma indústria que demite seus operários para ampliar seus lucros em outras linhas de

produção. Com o avanço da crise econômica, as empresas buscaram resolver seus problemas financeiros com a eliminação de postos de trabalho ou fechamento de fábricas, a exemplo da Ford, LG, Sony e, agora, a Panasonic, entre milhares de empresas fechadas nos últimos anos.

Governo e capitalistas impuseram as contrarreformas, em particular a reforma trabalhista e as MP 936 e MP 1045, alegando a criação de mais em-

pregos. O contrário ocorreu. A taxa de desemprego e subemprego continua nas alturas, e os salários foram rebaixados.

O Boletim Nossa Classe, diante do fechamento de fábricas, levanta a bandeira de ocupação, estatização e controle operário, como a única forma de defesa dos empregos. Assim, rechaça a posição das direções sindicais de indenização aos operários demitidos.

Direção do sindicato metalúrgico apareceu na porta da Sabó

No dia 16 de agosto, diretores do sindicato (vinculado à Força Sindical) apareceram na porta da Sabó. Fizeram uma rápida assembleia na porta da fábrica, para informar aos operários que negociaram a PLR com o patrão. O informe dos burocratas foi de que haviam entrado em acordo com a direção da empresa, que propunha uma PLR de R\$ 3.800, e conseguiram o feito de aumentar para R\$ 4.200, dividido em duas parcelas, a serem pagas em setembro/21 e março/22. Um pequeno número de operários votou pela aceitação da proposta. Encerraram a assembleia com o informe sobre a MP 1045, mas sem dizer o que está sendo preparado para derrubar essa MP.

Nesse dia, os militantes estavam distribuindo o Boletim Nossa Classe, que trazia denúncia da PLR, e ressaltava a luta por aumento real, o que chamou a atenção dos operários. No entanto, não puderam contar com uma vanguarda na fábrica que se opusesse ao acordo da burocracia do sindicato com o patrão. Esse é um problema que tem de ser superado, para que a classe operária possa romper com essa política traidora da direção sindical

Trabalhadores são obrigados a trocar o arroz e feijão pelo macarrão instantâneo

Os trabalhadores estão sendo golpeados duramente pela crise econômica e pandêmica. O desemprego elevado, a pobreza crescente, e a alta dos preços dos produtos são duros ataques às condições de vida da maioria explorada. Os preços altos já tiraram, do prato do trabalhador, o arroz com feijão e a carne, substituídos por macarrão instantâneo (o popular miojo). Agora é a vez do pão, da manteiga e do café, que já aumentaram mais que a inflação dos últimos 12 meses (8,99%).

Diante desse quadro de extrema precarização das condições de vida da maioria dos trabalhadores, as direções sindicais continuam defendendo o "Fora Bolsonaro" e, conseqüentemente, a via eleitoral como forma de solução desses problemas. A classe operária e os demais oprimidos não podem entrar nesse barco furado. Somente a luta coletiva, com independência de classe e com os métodos próprios da classe operária, conquistarão o emprego, o salário e melhores condições de vida.

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Não à prisão do ex-presidente do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, Antônio Ferreira de Barros

Pelo direito de expressão e manifestação da classe operária e dos demais explorados

16 de agosto de 2021

Em 14 de agosto de 2015, os metalúrgicos da General Motors (GM) realizaram uma ocupação da Via Dutra, por meio de uma passeata. A mobilização fazia parte da greve contra a demissão de 798 operários. Barros, conhecido pelo apelido de Macapá, foi enquadrado no crime de desobediência, pela justiça patronal. Foi processado por ter descumprido a ordem judicial que impedia a ocupação da rodovia.

Depois de seis anos, a Justiça Federal o condenou à prisão, por dezesseis dias. Trata-se de uma provocação ao sindicato e aos trabalhadores da GM. Mais do que isso, trata-se de um atentado contra o direito de greve, de manifestação e de ocupação, que são métodos próprios de luta da classe operária.

Não por acaso, o juiz de 1ª instância aguardou o momento propício para atingir arbitrariamente o ex-presidente do sindicato. A crise política e econômica vem gestando um quadro de insatisfação dos explorados, agravado pelas brutais consequências da Pandemia. Nas entranhas da desintegração do governo ultradireitista de Bolsonaro, emergem as tendências ditatoriais da burguesia. As restrições às liberdades democráticas fazem parte das contrarreformas e da potenciação da crise social.

O POR vem denunciando inúmeras prisões, no último período. Não é de hoje que os sindicatos e os movimentos se têm ressentido das limitações ao direito de greve, de expressão e manifestação.

Nesse exato momento, o Congresso Nacional revogou a Lei de Segurança Nacional (LSN) da ditadura militar, expedida em 1983. Engana-se quem acredita que foi uma demonstração de fortalecimento das liberdades democráticas. Em seu lugar, foi apro-

vada a inclusão, no Código Penal, dos “crimes contra o Estado democrático de direito”. Apesar de especificar pontos, entre eles referir-se ao direito de expressão e manifestação, a noção geral de crimes contra o “Estado democrático de direito” pode ser utilizada para atacar a ação das massas, quando ultrapassam os limites ditados pela burguesia e seus governos. Tratava-se, unicamente, de revogar a Lei de Segurança Nacional, como parte da luta pelo desmonte total das instituições da ditadura militar, que nunca foram tocadas nos seus pontos essenciais.

A condenação do dirigente sindical, quando se revogava a LSN, não foi por mera coincidência. É preciso, portanto, que as direções sindicais e políticas rompam com suas posições serviçais à democracia burguesa, que serve de cobertura à restrição cada vez maior ao direito de greve, manifestação e ocupação. Que se realize, imediatamente, uma campanha nacional pelas liberdades políticas. Cabe à CSP-Conlutas tomar em suas mãos essa campanha, uma vez que um de seus dirigentes é punido por ter cumprido seu dever elementar de organizar a manifestação na rodovia Presidente Dutra. Que convoque reuniões e assembleias para discutir um programa próprio de luta dos explorados e, como parte dele, os direitos políticos da classe operária e demais oprimidos.

Pela anulação do processo e da condenação de Antônio Ferreira de Barros!

Pelo direito irrestrito de greve, manifestação e ocupação!

Inconsequências da UNE em rebater as posições reacionárias do MEC

Nos últimos dias, o novo ministro da Educação, o pastor presbiteriano e teólogo, Milton Ribeiro, destilou posições reacionárias em entrevista sobre problemas do ensino. No dia 10/08, afirmou que universidade deveria ser para poucos, e justificou sua posição recorrendo à grande inadimplência do FIES (Financiamento Estudantil), programa que está com recorde negativo de ações. No dia 17/08, desqualificou a educação básica pública, afirmando que ela oferece, ao ensino superior, alunos analfabetos, e que alunos com deficiência “atrapalham o aprendizado dos outros”, citando o que chama “inclusivismo”, como aspecto negativo da educação.

A UNE rebateu o MEC com uma declaração em que diz: “Ministro, a Universidade é do nosso povo, não para poucos. (...) Queremos a recomposição orçamentária das universidades para ontem, assim como saber qual a resposta do MEC para os inúmeros casos de evasão nas universidades. A educação pede so-

corro”. Dias antes, a UNE havia divulgado, em suas redes sociais, o resultado de uma pesquisa sobre evasão universitária, feita com 34 mil participantes. Segundo essa pesquisa, 21% dos entrevistados, que trancaram ou cancelaram a matrícula em 2020, o fizeram por necessidade de trabalhar, 14% por inadaptação ao ensino remoto, 10% por problemas de aprendizagem, e 10% por necessidade de cuidar da família.

A resposta da UNE é inconsequente. Oculta as razões materiais da fala discriminatória do Ministro, por trás da qual está a pressão do capital financeiro, pela desresponsabilização do Estado sobre o ensino superior. É importante lembrar que a defesa da UNE, da coexistência do ensino público com o privado, implica no avanço da privatização e no desmonte das universidades públicas.

Por outro lado, a UNE não extrai, dos dados levantados, a tarefa de organizar um amplo movimento em defesa do

emprego à juventude, contra o corte de bolsas e auxílios, a redução das verbas, a precarização do ensino e a falta de professores. Isso porque sua denúncia tem fins puramente eleitoreiros. Não é casual que suas direções tenham, até hoje, se refugiado nas ações virtuais (twitaços, pressão parlamentar, atos simbólicos, assembleias virtuais).

A recorrente inconsequência e passividade das direções nacionais expõe a necessidade de se organizar uma fração revolucionária no seio do movimento estudantil universitário. A Corrente Proletária Estudantil/POR convoca os estudantes classistas a empreenderem conosco essa tarefa. Fora o Ministro Milton Ribeiro! Por um sistema único de ensino! Pela estatização sem indenização de toda a rede privada, sob controle de quem estuda e trabalha! Por emprego à juventude! Redução da jornada sem redução de salário (escala móvel)!

Abaixo a reforma administrativa de Bolsonaro/ Guedes/Congresso nacional!

Abaixo a reforma trabalhista!

Abaixo os ataques de Doria aos trabalhadores da educação! Pela estabilidade no emprego para os trabalhadores do funcionalismo e das empresas privadas! Por uma Carta de Reivindicações que expresse as necessidades mais sentidas dos explorados, a começar pelo salário, emprego, moradia e direitos! Por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios! Organizar a luta nacional e unitária das massas, a partir das assembleias presenciais!

18 de agosto de 2021

A reforma administrativa é um brutal ataque contra o funcionalismo. Os salários da maioria serão rebaixados ao nível arrochado dos salários em geral. Esta é uma necessidade dos capitalistas, que buscam o rebaixamento geral do valor da força de trabalho, o que está sendo feito por meio da precarização do trabalho e destruição dos direitos trabalhistas, assim como pela redução dos salários com redução de jornada, e contratação da juventude por meio salário mínimo, subsidiado em 50% pelo governo, isso tudo nas empresas privadas. Para a burguesia, não é admissível preservar os salários e direitos do funcionalismo, enquanto se arrocham terrivelmente os do setor privado. A quebra da estabilidade vai permitir a contratação por meio de indicação, enquanto se extinguem os cargos concursados.

A reforma administrativa não será derrotada de forma corporativa. Como parte de um conjunto de contrarreformas e ataques ao conjunto dos assalariados e demais oprimidos, será derrotada somente por um movimento nacional unitário, tendo à frente a classe operária, erguendo as reivindicações mais sentidas pelas massas.

A reforma administrativa ataca ainda mais a organização e o direito de greve do funcionalismo. Enquanto possuem estabilidade no emprego, os trabalhadores do Estado ficam mais propensos à sindicalização, a irem para as assembleias e fazerem greves. Sem a estabilidade, a tendência é o enfraquecimento geral dos sindicatos, e da organização e disposição de luta do funcionalismo, bem como da adesão às greves. É bom lembrar que, nos últimos anos, o funcionalismo tem desempenhado diversas greves e manifestações contra os governos.

A reforma administrativa é mais um brutal ataque contra os assalariados e a população mais empobrecida. Quem utiliza mais os serviços sociais públicos, que serão duramente afetados em seu atendimento? A Educação Pública, a Saúde, o atendimento do INSS e FGTS, são os mais pobres que usam. Diante do terror do desemprego, dos baixíssimos salários convivendo com a alta inflação, da alta dos aluguéis e falta de moradia, das doenças – dentre elas, a Pandemia –, a população assalariada ainda terá de enfrentar a decomposição dos serviços sociais públicos.

A reforma administrativa do governo é um desdobramento da reforma trabalhista de Temer. O golpe de Estado de 2016 teve como objetivo central abrir o caminho para as contrarreformas.

Estas correspondem à fase de decomposição do capitalismo, e de sua mais ampla crise econômica mundial, que leva os governos burgueses, sejam eles de direita ou de esquerda, a realizarem uma série de ataques aos salários, empregos, direitos, e a qualquer controle estatal sobre setores econômicos, tudo em benefício do parasitismo do capital financeiro. Assim, veio a Reforma Trabalhista de Temer. Seu objetivo foi e é a precarização geral das relações de trabalho, de forma a rebaixar em geral o valor da força de trabalho, e aumentarem a superexploração do trabalho, de forma a proteger seus lucros, diante da crise econômica. O retrocesso é tão brutal que leva as relações trabalhistas para o final do século XIX. Essa reforma ainda está sendo implantada, com mais medidas que estão no seu âmbito. O governo Bolsonaro deu sequência, aprovando a Reforma da Previdência, que visa à garantia do sustento do parasitismo financeiro pelo Estado, à custa da eliminação do direito de se aposentar para milhões.

As direções foram incapazes de organizar a luta nacional de massa para derrotar essas reformas. Não que as massas estivessem indispostas a lutar, ao contrário, houve grande adesão à greve geral de 2017, desmantelada, no dia seguinte, pelas direções das centrais; e houve adesão significativa à greve geral de 2019, também abortada em parte e depois novamente desmantelada pela burocracia sindical. Ao não organizarem a luta contra a Reforma Trabalhista, as direções a negociaram no campo imposto pelo governo e parlamento, e agora não têm mais como reverter essa conduta traidora, quando se discute a reforma administrativa, que dá sequência à destruição dos direitos trabalhistas.

O liberalismo burguês admitia a chamada função social do Estado, embora limitasse sua intervenção no setor privado. Por esse conceito, serviços sociais públicos, como Saúde e Educação, deveriam ser oferecidos pelo Estado como parte dos salários indiretos, que garantissem a sobrevivência e reprodução da força de trabalho. Hoje, por conta da decomposição da economia capitalista, o liberalismo burguês tem de atacar essa concepção, modificando-a de acordo com uma outra ideologia, que aponta para que o Estado nem mesmo garanta esses direitos básicos da democracia burguesa. Para a maior parte da burguesia, o Estado deve apenas ser um protetor do grande capital, resguardando apenas as camadas burocráticas mais privilegiadas, como os juizes, os oficiais das Forças Armadas, os burocratas dos ministérios e secretarias, etc. A essa ideologia, corresponde a defesa da ampla privatização e da destruição de grande parte do aparato estatal atual, passando-o ao setor privado, que pretende torná-lo em meio de valorização artificial do capital, e de superexploração do trabalho.

A reforma administrativa não é exclusividade do governo federal. Nos estados e municípios, já estão em marcha medidas de ataques aos salários, empregos e direitos. Doria, em São Paulo, por exemplo, impõe medidas de redução salarial, maior controle e repressão sobre professores, precarização e privatismo.

A reforma administrativa não será derrotada de forma corporativa. Como parte de um conjunto de contrarreformas e ataques ao conjunto dos assalariados e demais oprimidos, será derrotada somente por um movimento nacional unitário, tendo à frente a classe operária, erguendo as reivindicações mais sentidas pelas massas. Trata-se de convocar as assembleias presenciais em todos os setores, discutir e aprovar as reivindicações mais sentidas, e as formas e métodos de conquistá-las. O primeiro passo nesse sentido é a convocação de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios. Esse seria um passo concreto no sentido da organização de uma greve geral nacional. O que só não é possível hoje, porque as massas estão contidas pela política de colaboração de classes das direções sindicais, estudantis e populares, que se

recusam a reabrir os sindicatos, convocar as assembleias presenciais, e organizar a luta com independência de classe. E porque o setor que vai às ruas, da classe média e da juventude, em grandes manifestações, está submetido à política burguesa de constituir uma aliança com os partidos patronais, os mesmos que votam os ataques às massas no parlamento, para encaminhar o impeachment de Bolsonaro, ou uma frente eleitoral para 2022. Política esta defendida pelas direções burocráticas e pela grande maioria das correntes políticas de esquerda.

Ponhamos abaixo a reforma administrativa! Nada de negociar seu conteúdo no parlamento! Ganhem as ruas, para pôr abaixo todas as contrarreformas de Temer e Bolsonaro! Defendamos a estabilidade no emprego para todos! E uma Carta de reivindicações que levante as massas, de forma independente e com seus métodos próprios de luta, para enfrentar a burguesia e seus governos! Mobilizadas e com independência de classe, as massas darão um passo no sentido de constituírem seu governo próprio, por meio da revolução proletária!

Intervenção do POR nas manifestações de 18 de agosto

São Paulo

Ato em SP, subordinado à estratégia de substituição de um governo burguês por outro

A mobilização contra a PEC 32, da reforma administrativa de Bolsonaro/Guedes, e contra o PLC 26, do governador Doria, reuniu milhares de pessoas. Não foi maior do que as multitudinárias manifestações dos dias 29 de maio, 19 de junho, 3 e 24 de julho. Também não se diferenciou em relação ao caráter festivo, que esteve presente nas manifestações anteriores, e neste também. Mesmo assim, marcou um passo no enfrentamento à medida de ataque ao funcionalismo e ao serviço público.

Do ponto de vista da política empunhada pelas direções sindicais, estudantis e populares, as limitações ficaram evidentes. A começar pela ausência completa das assembleias presenciais de preparação para o dia de mobilização, que foi convocado, inclusive, como um dia de greve. O próprio ato, na Praça da República, não se configurou como uma assembleia, servindo tão somente de palanque para reformistas, estalinistas e centristas de todos os matizes. Outra limitação foi a linha política central, defendida pelas direções, que é de converter as manifestações de rua em instrumento de pressão sobre os parlamentares, para que votem contra a PEC.

A experiência com as reformas trabalhista e previdenciária já demonstrou o quão falido é o caminho do “convencimento” dos deputados e senadores, dado que são representantes do capital e das oligarquias, que não votam de acordo com a própria consciência, como indivíduos isolados, supostamente sensíveis a bons argumentos e demonstrações técnicas. Não. Eles se posicionam de acordo com as forças políticas que compõem e, em última instância, de acordo com os interesses do poder econômico. É o capital financeiro, são os grandes conglomerados, as multinacionais e os latifundiários que mandam de fato no Parlamento, bem como no Estado como um todo.

Uma variante dessa tática traidora é a de buscar o adiamento da votação, levando-se em conta que ano que vem é eleitoral. Há uma ilusão de que os parlamentares evitarão votar



medidas consideradas impopulares, para não perder votos. O que esse raciocínio ignora é que o grande capital possui muitos meios para driblar essa situação. De maneira geral, o que realmente importa à burguesia é que as medidas de proteção aos seus negócios sejam tomadas, em que pese as necessidades das massas.

No fundo, prevaleceu a política eleitoral das correntes de esquerda. Os petistas fizeram algumas menções ao seu candidato para presidência em 2022, o Lula. Os outros partidos também fizeram o seu proselitismo, inscrevendo seus parlamentares para falar no carro de som, por exemplo, momentos em que o ato se converteu em um comício. Daí o predomínio das palavras de ordem eleitorais do “Fora Bolsonaro”, “Fora Doria” e “Fora Nunes”. Daí também as inúmeras defesas da “frente ampla” e do impeachment, todas voltadas à subordinação do movimento à estratégia de substituir um governo burguês por outro.

O Partido Operário Revolucionário interveio no ato, defendendo a consigna de “Abaixo a contrarreforma administrativa”, pela imediata retirada da PEC 32 e do PLC 26, bem como de todas as medidas de ataque à vida das massas, em defesa da estabilidade para todos. O partido e a Frente Clasista e Combativa atuaram na marcha preliminar, convocada pelo Sindsep, que foi, da frente da Prefeitura, no Viaduto do Chá, até se juntar aos servidores federais e estaduais, que se encontravam na Praça da República. Defendeu que a uni-

Intervenção do POR nos atos de 18 de agosto

ca via capaz de derrotar os ataques é com a luta nas ruas, com o método da ação direta das massas. O que pressupõe organizar as diversas categorias, através das assembleias presenciais, onde os trabalhadores e a juventude poderiam discutir e aprovar uma resposta de conjunto aos ataques da burguesia, levantando as suas bandeiras mais sentidas, como a defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas, e em defesa de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios.

Pronunciamento do POR

Companheiros, queremos lembrar aqui de três armadilhas que estão sendo montadas, e que devemos combatê-las. A primeira, montada pelo governo, é a de dizer que essa reforma é para acabar com os privilégios. Mentira de Bolsonaro! Porque a maioria do funcionalismo recebe uma miséria, tem perdido direitos com as contrarreformas, enquanto uma minoria permanece obtendo privilégios, a exemplo da alta cúpula dos militares, juízes e burocracia do Estado.

A segunda é a de jogar trabalhador contra trabalhador, dizendo que somente os novos servidores vão ser atingidos. Isso é mentira. No centro da contrarreforma administrativa está o fim da estabilidade dos servidores públicos. Ainda mais, jogar a maioria do funcionalismo explorada contra o trabalhador explorado da iniciativa privada. A terceira, é a de não repetir o que ocorreu quando da aprovação da reforma trabalhista e previdenciária. Ou seja, cair na arma-

dilha de defender o adiamento da votação da reforma administrativa. Essa política do adiamento, defendida pelas direções sindicais, levou e levará à derrota. O POR está aqui para defender a luta pela retirada da PEC 32 e do PLC 26. E o caminho é o da luta nas ruas, é o da unidade do funcionalismo com o restante dos trabalhadores, na defesa dos empregos, salários e direitos, e pela derrubada das contrarreformas do governo e do Congresso Nacional.

São Paulo - litoral

Paralisação dos servidores públicos municipais de São Sebastião

Por meio da denominada “assembleia híbrida”, os servidores públicos municipais de São Sebastião aprovaram um dia de paralisação e ato contra a PEC 32/2020 (contrarreforma administrativa).

A conciliação de classes e os traços burocráticos da direção do Sindserv (Sindicato dos Servidores Municipais de São Sebastião) se mostraram, mais uma vez, como travas na organização e luta do conjunto dos trabalhadores, seja pela ausência de um trabalho de base, o não encaminhamento de propostas da base na assembleia e demais manobras, ou pela insegurança dos trabalhadores quanto ao corte de ponto.

O ato, que aconteceu na principal avenida da cidade, con-

tou também com a participação de professores estaduais, que encontraram dificuldades impostas pela direção majoritária da Apeesp para ir à capital paulista, e professores do município de Caraguatatuba, onde o sindicato, Sindserv, é burocratizado.

A intervenção da Corrente Proletária na Educação/POR criticou a política das direções sindicais, de conduzir o movimento para a pressão aos deputados. Defendeu que a derrubada da reforma administrativa terá de ser com os métodos próprios dos trabalhadores. E exigiu que as direções das centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, para pôr abaixo as contrarreformas de Bolsonaro e Congresso Nacional.

Rio Grande do Norte

É necessário unificar a luta do funcionalismo com os demais explorados

O ato em Natal, como parte do dia nacional de luta dos servidores públicos (chamado de “Greve Geral de um dia”), teve concentração, em frente ao prédio do INSS. Contou com cerca de 600 pessoas, e caminhou pelas ruas do Centro, até a Praça dos Três Poderes.

Apesar de ser um ato do funcionalismo, notou-se uma presença bem maior do movimento por moradia (MLB e MLMP). Uma parte das falas no ato colocava a necessidade de pressionar os senadores, para que não aprovassem a PEC 32 (Reforma Administrativa). A CSP Conlutas, para se diferenciar, defendeu uma greve geral e a saída burguesa do “Fora Bolsonaro e Mourão”.

A manifestação teve um tom de passividade, sem chamar palavras de ordem, e sem agitar as reivindicações. Esse fator,



somado à fraca mobilização do funcionalismo, demonstrou que as direções reformistas e centristas não estão por organizar de fato uma luta para derrubar a PEC 32, mas tão somente para distrair as massas.

O POR interveio no ato com manifesto e fala no carro de som, que pode ser sintetizada nos seguintes pontos: 1) a Reforma Administrativa é parte dos ataques dos capitalistas e governos contra o conjunto dos explorados; 2) é falsa a ideia de que a Reforma Administra combate privilégios, pois, tem como alvo o setor mais arruinado do funcionalismo, ao mesmo

tempo que preserva as altas camadas; 3) a PEC 32 ataca a estabilidade, favorecendo o maior controle dos servidores pelos governos de turno e enfraquecendo a organização sindical; 4) a derrubada da PEC 32 se dará por meio de uma luta unificada do funcionalismo com o conjunto dos explorados, que tenha como ponto de partida uma plataforma de reivindicações, que inclua a defesa da estabilidade para todos os assalariados; 5) de imediato, é necessário organizar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como um primeiro passo para a construção da greve geral.

Rondônia

Duas intervenções opostas: a da burocracia e a do POR

Uma pequena parte do funcionalismo atendeu ao chamado das centrais e sindicatos contra a PEC 32. Isso se deve à falta de esforço das direções sindicais e políticas, que rejeitaram preparar a paralisação do dia 18, por meio de assembleias presenciais e constituição dos comitês de luta. Estiveram presentes, os sindicatos dos Correios, urbanitários, bancários, CUT, POR e Levante Popular da Juventude.

É necessário destacar que não houve um dia de greve por parte dos trabalhadores da Educação. A atividade se limitou à farsa de um “Pit Stop”, mais um termo copiado do vocabulário estrangeiro. Na realidade, isso se resumiu na panfletagem em um cruzamento de uma das principais avenidas da cidade.

O POR atuou distribuindo o manifesto, e fazendo um pronunciamento no carro de som. Defendeu um Dia Nacio-

nal de Luta, que unifique os trabalhadores do serviço público, privado, campo e estudantes, em torno das reivindicações de emprego, salários e direitos trabalhistas. Enquanto a burocracia discursou em favor da pressão ao Congresso Nacional para adiar a votação da reforma administrativa, o POR defendeu a independência de classe e os métodos próprios dos explorados, para derrubar a reforma administrativa.

Recife

A Reforma Administrativa só pode ser derrubada pela luta unitária

O ato contra a Reforma Administrativa foi um momento importante na defesa do funcionalismo. Servidores e militantes de partidos e movimentos sociais marcharam do Parque 13 de Maio, até a sede dos Correios, na avenida Guararapes. A greve deflagrada em meios virtuais e o baixo número de participantes no ato, em relação às manifestações anteriores, demonstrou a indisposição das direções sindicais erguerem um movimento de combate a mais um ataque dos governos e burguesia. As centrais se limitaram a convocar um ato para o período da tarde. Desta vez, com um trajeto mais curto do que os atos pelo “Fora Bolsonaro”. Chamaram um dia de greve, mas não se esforçaram para organizar uma manifestação massiva, com paralisação. É urgente abandonar as assembleias virtuais, e convocar as assembleias presenciais e os comitês de luta.

Em Recife, o que não falta é motivo para uma luta em defesa dos serviços públicos que vá ao encontro dos anseios da população. Por exemplo, o Metrô, que está na mira da privatização, teve um aumento da tarifa de R\$ 1,60 (até maio de 2019), e agora é R\$ 4,25. O sucateamento vem acompanhado da propaganda de que será salvo, quando passar para iniciativa privada. Apesar disso, não houve paralisação dos metroviários; no ato, participaram apenas membros da direção.

As falas das centrais sindicais expressaram a unidade em torno do “Fora Bolsonaro”, e apelo à população na defesa dos servidores e serviços públicos. Mas, nenhuma delas organizou seus sindicatos para construção de um verdadeiro Dia Nacional de Luta, contra todos os ataques aos empregos, salários e direitos. Houve falas de parlamentares e sindicalistas. Falaram de todas as mazelas que assolam o povo, apontando como

resposta a defesa da remoção de Bolsonaro. O PSTU e a CSP-Conlutas propagandearam a construção de uma alternativa socialista, de um governo sem a burguesia. Mas, mantém-se submisso à estratégia burguesa da bandeira “Fora Bolsonaro”.

O POR atuou com banca de materiais, distribuição de manifesto, a venda do jornal Massas, e falas no carro controlado pela CUT e outras centrais, e no da Conlutas. Nossa intervenção apontou que a Reforma Administrativa não pode ser combatida de maneira corporativa. As contrarreformas servem para destruir empregos, direitos e salários. Defender a estabilidade dos servidores públicos é parte da defesa dos empregos. Essa luta não pode ser desvinculada da luta contra o fechamento das fábricas, que deixa milhares no desemprego. A luta contra a reforma administrativa, que precariza os contratos de trabalho, não pode ser realizada separada dos que sentem a redução do salário ou retirada dos direitos, com as MPs dos governos e partidos da burguesia.

É fundamental unir a luta do funcionalismo ao combate à privatização dos Correios e demais estatais. Unir trabalhadores do setor público e privado, em defesa dos direitos trabalhistas, previdenciários e democráticos. Unir empregados e desempregados na luta por empregos para todos, por salário suficiente para atender as necessidades de uma família trabalhadora. Pelo direito de livre manifestação e greve. Em sua intervenção, o POR defendeu a luta em torno às reivindicações e com os métodos próprios dos explorados. Que as centrais sindicais convoquem um verdadeiro dia de paralisações e bloqueios. Passo para construir uma poderosa greve geral, para pôr abaixo os ataques de Bolsonaro, Congresso Nacional, governadores e prefeitos.

Rio Grande do Sul**Direções sindicais e políticas unidas em torno à estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro”**

O Dia Nacional de Mobilização e Greve Geral contra a PEC 32 em Porto Alegre foi dividido em três atos, sendo o primeiro em frente ao Hospital de Pronto-Socorro, pela manhã, outro à tarde, em frente ao Palácio Pirati, e o último ao final da tarde, na Esquina Democrática.

Às 18h, horário marcado para o início do ato unificado, estavam presentes cerca de 300 pessoas, portando bandeiras de partidos e sindicatos, e algumas lideranças fizeram falas. O primeiro foi Claudio Correa, da Força Sindical, que demagogicamente ressaltou a importância dos serviços públicos e do funcionalismo, em particular, para a população. Denunciou Bolsonaro como sendo um governo para os empresários e para o capital internacional e que é preciso a unidade dos partidos e centrais para colocar fim a esse governo. E que, se for necessário, “chegaremos a uma greve geral para derrubar Bolsonaro”. Portanto, um discurso de bravatas.

Destacou-se também uma fala do vice-presidente estadual da Unidade Popular pelo Socialismo (UP), que disse ser necessário submeter a luta em defesa do serviço público ao “Fora Bolsonaro”, pois, mais da metade da população rejeita esse governo, que é o responsável por propor a reforma administrativa e, portanto, não haveria nenhuma contradição em “colar as duas pautas”. Uma descrição gráfica do amálgama que é a tentativa de juntar as necessidades dos explorados com as da oposição burguesa.

Já o representante da CUT disse que era preciso remover todo o governo Bolsonaro, e era necessário fazê-lo imediatamente, através do Impeachment, pois, se trata de um governo neoliberal, que quer vender nossas estatais, nosso serviço público, e atender o interesse dos capitalistas e especuladores, e garantiu que não deixariam passar esses ataques, prometendo resistência. Puro discurso vazio!

Raul Pont, do PT, exaltou o Estado brasileiro, argumentando que foi o Estado que tirou o país do atraso e da ignorância, o industrializou, conquistou direitos trabalhistas, serviços públicos de qualidade e que, infelizmente, o Estado está hoje nas mãos de um governo genocida e entreguista, que, neste último mês, deu prova do seu enfraquecimento, ao sofrer duas derrotas, não conseguindo aprovar o distritão e o voto impresso, e que a saída passa pela unidade para enfraquecer ainda mais este governo.

Fran Rodrigues, vereadora pelo MES/PSOL lembrou da mini reforma trabalhista, aprovada recentemente pelo governo, que retira direitos trabalhistas do programa jovem aprendiz, e que isso vai desencadear a criminalização ainda maior de amplos setores da juventude, principalmente pobre e negra; que é necessário ocupar os espaços nas Câmaras de vereadores e deputados, para lutar contra esses ataques que visam a aumentar o desemprego e a precarização do trabalho. Espaços estes que são os mesmos em que se aprovam todos esses ataques.

A dirigente estadual da CSP-Conlutas disse que é dever de todos estar nas ruas, lutando pelo “Fora Bolsonaro e Mourão”, contra a reforma administrativa e as privatizações. E concluiu com a bandeira de greve geral, que seja capaz de derrotar Bolsonaro. A greve geral do PSTU está subordinada à estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro”.

Não apenas a PEC 32, mas também a MP 1045 e também a série de privatizações (Eletrobrás, Correios, CEEE, Corsan, Carris...), são brutais ataques ao conjunto dos trabalhadores brasileiros, e a saída apresentada pelas direções das centrais sindicais, movimentos sociais e partidos reformistas é o desgaste do governo burguês, ou sua substituição por outro. Não há nenhum indício de que haja a disposição dessas direções de organizar uma luta verdadeira em torno das reivindicações dos explorados e das suas necessidades urgentes, utilizando-se dos nossos próprios métodos de luta. É imprescindível que sejam convocadas as assembleias presenciais para organizar um dia nacional de luta com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas, e contra as privatizações.

Paraíba - Patos
Pouco empenho das direções sindicais

Atendendo ao chamado do Encontro Nacional de Funcionários Públicos, que deliberou a data de 18 de agosto para realizar uma greve nacional do funcionalismo, partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais realizaram um ato, no sertão da Paraíba. O ato ocorreu em frente ao Banco do Brasil, outra empresa estatal constantemente ameaçada pela privatização. Estiveram presentes representantes dos sindicatos dos ecetistas, urbanitários, servidores públicos municipais e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, além de alguns partidos políticos.

O ato ocorreu sem a paralisação da cidade, nem mesmo dos serviços públicos, comprovando que a população, e até mesmo os funcionários públicos, em grande parte, desconheciam a manifestação ou a deflagração de um dia de greve. Consequência direta da má organização do chamado nacional, responsabilidade das direções sindicais. Representantes fizeram falas no microfone, na calçada da avenida. Algo completamente desproporcional e insuficiente ao tamanho de sua bandeira principal contra a Reforma Administrativa.

O POR esteve presente, realizando panfletagem de um boletim da Corrente Proletária na Educação, que expressava a linha do manifesto nacional, agregando também as bandeiras contra a privatização dos Correios e da Companhia de Saneamento da Paraíba, a CAGEPA. Defendeu, junto aos manifestantes, a necessidade de massificar o movimento, tomar as ruas, em direção à uma greve geral dos trabalhadores, caso contrário se prognostica mais uma derrota em torno da Reforma Administrativa. Também foi feita panfletagem dentro do Correios, aberto e funcionando em frente ao ato, e no sindicato dos funcionários municipais de Patos e região.

Plenária da Frente Classista e Combativa

A juventude oprimida deve se organizar sob o programa do proletariado

Em 7 de agosto, foi realizada a primeira plenária da Frente Classista e Combativa. A maioria era formada de jovens. A plenária foi aberta com a leitura da Carta de Apresentação da Frente, na qual consta sua origem, desde a convocação de um ato presencial no 1º de Maio, por meio de um chamado do POR às organizações do movimento, sendo a FOB, a LOI e o Círculo pelos Trabalhadores as que responderam. A Carta defende um conjunto de reivindicações, pelos quais essas correntes se propõem a lutar, na defesa da vida das massas, em oposição ao desvio eleitoral imposto pela frente ampla pelo impeachment de Bolsonaro. Essa apresentação inicial permitiu esclarecer que o Bloco Combativo se tratava da forma física com que a Frente Classista e Combativa se apresentava nas manifestações. Era o resultado dos acordos e da organização comuns às correntes que a compunham, e não simplesmente a junção de correntes sem propósito e método previamente definidos.

Após a leitura da Carta de Apresentação, deu-se início às apresentações das quatro correntes, na seguinte ordem: Círculo dos Trabalhadores, LOI, POR e FOB. Assim dispostas por sorteio. As quatro organizações saudaram a presença dos participantes e expuseram uma análise da conjuntura ou apresentaram propostas ao plenário.

O POR avaliou que as crises econômica e sanitária têm levado os governos e a burguesia a recrudescerem os ataques sobre as massas, que têm demonstrado disposição para resistir, no entanto, encontram na política das direções um freio à luta, em especial ao longo da Pandemia, ao assumirem a política burguesa de isolamento social. Nesse contexto, ressalta-se a importância de a Frente ter se constituído no 1º de Maio, em choque com todas as direções sindicais e políticas, refugiadas na virtualidade. A experiência tem demonstrado que, diante do imobilismo das direções, a Frente tem cumprido um papel de extrema relevância, por expressar no interior dos atos a política do proletariado, uma política de independência de classe, que se concretiza através das reivindicações concretas e do método da ação direta das massas. Concluiu defendendo a vigência da linha defendida pela Frente, em oposição à política oportunista das direções, o que implica a manutenção da Frente Classista e Combativa, avançando em sua construção, a partir das mobilizações e da organização desde a base.

Na sequência, foram abertas as falas ao plenário. Dentre as intervenções, destacam-se as denúncias das péssimas condições de vida, desemprego elevado, carestia de vida, o aumento do número de moradores de rua, a piora nas condições já ruins de quem mora na periferia. Destacam-se também as críticas aos partidos oportunistas, que ora abdicam de defender as necessidades dos moradores dos bairros operários empobrecidos, favelas e cortiços, ora se fazem presente, porém, de modo arrogante e em busca de votos. A despolitização e o desconhecimento do marxismo também foram temas sensíveis da juventude, que afirmava haver movimento nas “diferentes periferias” da cidade

de São Paulo, porém, que se organizavam sem base teórica.

Procurou-se explicar as razões materiais para o atual estado de coisas, buscando nas raízes econômicas, de um sistema produtivo em decomposição, a base material para a profunda crise econômica que vivemos, e agravada pela crise pandêmica. Várias intervenções referiram-se à crise de direção. Acertadamente, colocou-se a posição criminosa das direções sindicais, que se recusam a organizar a classe operária e os demais explorados ao redor de um programa próprio de reivindicações. Defendeu-se a tarefa urgente de superar as direções burocráticas e retomar os sindicatos, para que sejam, efetivamente, um instrumento da luta, e não de contenção da luta, expressão da conciliação de classes. Discutiu-se a criação de comitês populares e de bairros como uma forma de organização das massas. Defendeu-se a tarefa imediata de intensificar a propaganda e agitação das reivindicações de trabalho, salário, direitos e vacina aos trabalhadores, como motor para a luta de classes.

A discussão crítica se concentrou em torno às ações paralelas de agrupamentos anarquistas e autonomistas. A LOI e o POR foram contra tais ações. Ambos colocaram em xeque a segurança da Frente, na medida em que a execução de tais ações, e o uso do Frente como escudo, atraíam a repressão policial, assim como os ataques da burocracia vendida, como ficou claro no acordo firmado entre os organizadores do ato do dia 24 de julho e a polícia militar. O POR procurou distinguir a ação direta das massas das individuais. Explicou que o maior problema consistia em que tais ações atentavam contra a única força proletária das manifestações, que empunhava as reivindicações das massas, em choque com as forças pró-burguesas, que arrastavam as massas a se subordinarem à estratégia da substituição de um governo burguês por outro. A FOB não minuciou sua crítica ao POR, contida em sua nota, publicada alguns dias antes. Nem procurou discutir nossa nota de resposta, na qual criticamos severamente a posição anarquista. Limitou-se a defender a necessidade de armar a auto-defesa do “Bloco”, e a apresentar algumas propostas, como a elaboração de um calendário próprio da Frente e a organização de um ato convocado pela Frente. Houve acordo na incorporação da Frente a atividades já organizadas pelo movimento, como a luta contra o fechamento de um CEU no Capão Redondo.

O POR apresentou em seu documento de resposta à FOB a proposta de uma campanha sobre a base de uma Carta de Reivindicações, com a qual se pode propagandear e agitar a defesa dos empregos, salários, direitos, bem como desenvolver os métodos e a organização próprios do proletariado, e combater a política de conciliação de classes das direções sindicais e políticas, que desviam os explorados para a estratégia burguesa do Fora Bolsonaro e Impeachment.

A mesa, responsável pelos trabalhos da Plenária, saudou novamente a presença de todos, e pediu que se pusessem de pé. A Plenária foi encerrada sob o Hino da Internacional Comunista.

81 anos do assassinato de Leon Trotsky

Como parte da campanha dos 81 anos do assassinato de Trotsky, publicamos a última parte do folheto de Guillermo Lora, Trotsky e Nós. O POR realizará um ato político, em sua sede, no dia 22 de agosto. Será lançado o folheto completo “Trotsky e Nós”.

A experiência do nacionalismo

Para os bolivianos, a experiência das massas diante do nacionalismo burguês é de grande importância, por duas razões: a) porque o nacionalismo, particularmente encarnado pelo MNR, iniciou como uma proposta política, que arrastou um imenso contingente das massas proletárias, camponesas e classe média; b) porque, na Bolívia, existem importantes tarefas democrático-burguesas pendentes de solução. O que dá lugar, como resposta obrigatória, a colocação de solução. O nacionalismo o faz, partindo da certeza de que ainda há espaço para o desenvolvimento capitalista integral e livre, de maneira que comporta a realização da libertação nacional. Há que acrescentar, de passagem, que, em outras latitudes, o nacionalismo burguês não consegue se apresentar como um importante movimento de massa. O vigor e a sobrevivência do nacionalismo boliviano se explicam por terem correspondido a uma realidade do país.

Assim que o assalariado começa a andar com seus próprios pés, o que equivale dizer que coloca seus próprios objetivos – na base de todos eles, a destruição da grande propriedade privada –, que se pode resumir na consigna de acabar com a ordem social imperante, não tem outro remédio, senão entrar em aberto choque com a classe dominante.

Engels já havia assinalado que a burguesia – em países como a Alemanha, da primeira metade do século XIX –, em determinado momento, quando se torna evidente a pressão do proletariado, faz, inevitavelmente, uma virada para a reação. A circular de 1850 tem como eixo a necessidade de que o proletariado se organize, se arme e atue de forma independente. O que torna obrigatório formular, se se considera que a burguesia – também ali onde a revolução democrática não foi cumprida – se deslocou, definitivamente, para o polo contrarrevolucionário. Não será possível colaborar positivamente, para que a classe operária amadureça e se forme como classe – que se emancipe do controle e influência ideológico e organizativo da burguesia –, se não se chega a compreender como se dá este processo.

Na polêmica de Trotsky sobre a desastrosa política menchevique de Stalin, durante a segunda revolução chinesa, a submete a uma severa análise, não apenas da conduta da burguesia nacional, mas também a conduta que o proletariado deve ter diante dessa classe. O estalinismo – prato menchevique requentado – parte da suposição de que a era da revolução democrática supõe a existência de importantes setores burgueses progressistas, aos quais o proletariado deve se subordinar e apoiar, porque sua hora ainda não chegou. Esta colocação teórica se traduz, na prática, na imposição da política burguesa

ao proletariado. Nacionalistas e estalinistas jogam fora toda a experiência histórica e os ensinamentos dos mestres do marxismo: Lênin foi categórico e claro nesta formulação: “Nossa revolução – a russa – é burguesa; por causa disso, os operários devem apoiar a burguesia, dizem os políticos desprovidos de clareza, que têm do campo dos liquidacionistas – corrente oportunista de direita no POSDR. Nossa revolução é burguesa, dizemos nós, marxistas; por isso, os operários devem abrir os olhos do povo, fazendo-o ver os enganos dos políticos burgueses, ensinando-os não acreditar em palavras, a não contar mais do que com suas forças, sua organização, sua união, seu armamento”.

A burguesia nacional – inexistente na Bolívia – entra em atrito com a metrópole opressora e, nessa medida, aparece como depositária da libertação nacional. Se se observa bem o problema, a histeria anti-imperialista não pode ser outra coisa, senão a cobertura da política, que busca uma melhoria das relações entre semicolônia e a metrópole, ou dos preços das matérias-primas que a semicolônia exporta. Para resistir à pressão externa e arrancar do imperialismo as concessões de alguma importância, o nacionalismo não tem outro remédio, a não ser pôr em pé as massas operárias, camponesas e da classe média, a fim de apoiar-se nelas, e adquirir maior força.

Não esqueçamos que Villarroel organizou a FSTMB, em 1944. Uma vez posta em pé, servindo à maioria explorada e sua organização, é algo transcendental, porque contribui para modificar radicalmente a política e o próprio país.

Assim que o assalariado começa a andar com seus próprios pés, o que equivale dizer que coloca seus próprios objetivos – na base de todos eles, a destruição da grande propriedade privada –, que se pode resumir na consigna de acabar com a ordem social imperante, não tem outro remédio, senão entrar em aberto choque com a classe dominante. O proletariado encarna os embriões materiais da futura sociedade, já suficientemente desenvolvidos nas entranhas do capitalismo que agoniza. A classe operária, ao ir fixando seus contornos, marcha, pisando nos calcanhares da burguesia, pressionando-a poderosamente, e conclui desmascarando-a completamente.

Neste momento, a burguesia nacional se dá conta, perfeitamente, de que está umbilicalmente unida à burguesia imperialista, pela necessidade que de defender a propriedade privada dos meios de produção, onde reside a justificativa de sua existência como classe exploradora, ainda que esteja sujeita à opressão imperialista. Apresenta-se diante dela a necessidade de encontrar a forma mais rápida e eficaz de conter e destruir o seu aliado mais importante de véspera – a classe operária. Este é o problema de sua sobrevivência: in-

corpora-se como seu novo aliado e seu velho amo, que é nada menos do que a metrópole opressora. Dessa maneira, e no momento preciso em que a classe operária se torna ameaçadora e perigosa, começa a franca virada da burguesia nacional para os braços – ou posições – do imperialismo. Uma vez selada a nova aliança, a burguesia, caduca e servil aos interesses estrangeiros, retoma a violência do Estado contra os explorados. A luta burguesa pela libertação nacional é abandonada, inclusive no plano das declarações líricas, e substituída pela política repressiva contra o proletariado. A burguesia nativa se direitiza, e pode concluir usando com argumento as formas fascistas de governo.

Como se vê, a burguesia se esgota, ao passar pelo ciclo do nacionalismo: começa partindo de posições populares, que se distinguem por sua histeria anti-imperialista, – é então que arrasta o proletariado e o anula como classe –, e conclui como incondicional servente da metrópole opressora, momento em que os operários se emancipam. O que devemos ter presente é que este processo, bem como a velocidade com que é cumprido, estão determinados pela presença do proletariado como classe.

Os explorados se estruturam como classe, partindo da experiência realizada no seio dos movimentos, e diante dos governos burgueses radicalizados.

Ali onde a classe dominante põe as mãos, tudo se torna traição, demagogia, frustração. Na verdade, o que acontece é que a burguesia se limita a agir de acordo com sua essência de classe, permanece fiel a si mesma. A pequena e jovem classe operária esgotou sua experiência diante do nacionalismo burguês – seja de esquerda, direita ou fascista – e ocupou posições muito avançadas, em relação às promessas mais ousadas da classe dominante. Dessa forma, se formou como classe, e seus objetivos políticos apontam para a conquista do poder. O esgotamento da burguesia nacional, como proposta política capaz de arrastar os trabalhadores, coloca, ao mesmo tempo, a urgência de sua expulsão do controle do aparato estatal, medida extrema, que só pode ser materializada pela classe operária.

O POR existe há cinquenta anos de constante trabalho político, devido, sobretudo, ao vigor e à justeza de seu programa. Na base do programa, encontra-se o prognóstico da linha política, que, inevitavelmente, evidenciaria o vitorioso nacionalismo movimentista de então. Quando Paz Estensoro se autoproclamou marxista, e chamou a realizar a libertação nacional, o POR disse que, inevitavelmente, concluiria nos braços do Departamento de Estado norte-americano, como seu melhor agente, e que voltaria os fuzis do exército con-



A frente anti-imperialista emerge das características diferenciais de nossos países, e da natureza combinada da revolução a ser realizada. O proletariado não pode superar a pequenez de seu número, e menos ainda se tornar dirigente nacional, caso não consiga unir em uma só frente a nação oprimida, isto é, as diversas classes que suportam a opressão imperialista.

tra a classe operária, sua aliada de momento. Para esta previsão, há pouco o que acrescentar, quando o envelhecido líder do nacionalismo, após se ter aliado com o golpista Banzer, proclamou com todo o cinismo que, desde o poder, realizaria um programa francamente capitalista, pró-imperialista, antinacional, antipopular e antioperário. Temos a certeza de que a classe operária, que em sua marcha avassaladora soube sepultar as ilusões sobre as possibilidades revolucionárias do MNR, terá força suficiente para sepultar, definitivamente, a burguesia incapaz e putrefata, de onde a decomposição emana os gases deletérios do fascismo, do narcotráfico, da corrupção e do latrocínio.

A Frente Anti-imperialista

A dura luta contra o estalinismo levou Trotsky a identificar mecanicamente, partindo da experiência negativa das ligas anti-imperialistas dos anos 1930, a frente anti-imperialista, que foi delineada pelo IV Congresso da Internacional Comunista, com a política de submissão das massas exploradas ao controle da política burguesa, como se fosse uma frente popular.

Os epígonos do trotskismo – não aqueles que assimilaram o marxismo de nossos dias – não tiveram o menor cuidado em aplicar a tática da frente única proletária, própria das metrópoles,

e, por esse tobogã, deslizaram até posicionamentos que, por muitas razões, recordavam a tese da revolução puramente socialista, para todos os países, etc. Como é habitual, os epígonos tornaram-se os mais terríveis detratores da frente anti-imperialista.

Coube ao POR reformular a tática da frente anti-imperialista em suas verdadeiras dimensões, como foi formulada em 1922. Na Bolívia, tratava-se unicamente de dar expressão teórica e política ao que as massas realizavam todos os dias, o que não diminui a importância do trabalho realizado. Foi na polêmica com os supostos trotskistas, cartonados e enlatados, que tivemos de gastar muita tinta e tempo, o que certamente foi lamentável. Parecia que tínhamos conseguido convencer alguns, mas, quando menos se esperava, se comprovou que o desvio mais comum consistia em imprimir, à frente anti-imperialista, traços estalinistas.

A frente anti-imperialista emerge das características diferenciais de nossos países, e da natureza combinada da revolução a ser realizada. O proletariado não pode superar a pequenez de seu número, e menos ainda se tornar dirigente nacional, caso não consiga unir em uma só frente a nação oprimida, isto é, as diversas classes que suportam a opressão imperialista. A política em um país atrasado encontra sua expressão mais

proeminente na luta que travam, tanto a burguesia, como o proletariado, por dirigir politicamente a unidade, ou frente das classes que compõem a nação oprimida.

A frente anti-imperialista constitui a tática adequada para tornar possível a revolução proletária em um país atrasado, isso porque se torna no marco em que pode efetivar a liderança da classe operária sobre a nação oprimida. Não se trata apenas de cumprir as consignas anti-imperialistas, mas sim permitir que as massas se mobilizem em sua luta diária para melhores condições de vida e de trabalho. Esta consigna tem vigência, enquanto o proletariado não conquistar o poder político. Não contradiz com a revolução permanente, ao contrário, é a tática precisa para sua realização.

Trotsky não é um ídolo, nem um simples mártir, mas um dos nossos maiores militantes, que vive em meio à nossa atividade diária.

Na última etapa, foi possível opor, com êxito, a tática da frente anti-imperialista à frente populista, desenvolvida pela Unidade Democrática Popular (UDP) e pelos partidos que a compunham.

Quando falamos da conquista do poder pelos explorados, não estamos formulando uma abstração, algo que deve permanecer como uma declaração lírica, mas uma consigna concreta: a insurreição permitirá que as organizações próprias das massas – os órgãos do poder – destruam o aparato estatal burguês, com as armas nas mãos. O partido revolucionário e a sua militância serão a direção do processo, desde o interior desses órgãos de poder, isto é, das massas. O trabalho que é necessário realizar não traz dúvida: há que penetrar nas massas e em suas organizações, para se afirmar nelas, para ampliar a influência política e organizativa, para educar politicamente os explorados, para organizá-los e mobilizá-los. Os sindicatos, bem como a COB-sindicato – agora, deve-se lembrar que, no final de 1954, a burocracia cobista proclamou Paz Estensoro como um “libertador econômico” – poderão cumprir esta tarefa; no caso de poderem, estariam na condição de órgãos de poder.

Trotsky vive

O que dissemos demonstra ao leitor que, para nós, o camarada Trotsky não é um ídolo, nem um simples mártir, mas um dos nossos maiores militantes, que vive em meio à nossa atividade diária. Vive no pensamento e na ação dos oprimidos

81 anos do assassinato de Leon Trotsky

e explorados das terras do Altiplano, e que tão tenaz e admiravelmente vão lutando por se libertar, sem ter o menor reparo em regar com seu sangue o escabroso caminho que percorrem. Tombou “O Velho”, mas também tombaram muitos de nossas próprias fileiras. Não os choramos, os recordamos como exemplos que temperam nossas ideias e nosso espírito.

Recusamo-nos a repetir apenas que são mártires. Eles – e acima de tudo Trotsky – lutaram com gosto, realizaram-se plenamente nos combates e na atividade partidária, muitas vezes ignorada, cinza, anônima, mas em cuja urdidura é possível encontrar as ideias-chave, que nos permitem explicar o desenvolvimento e destino da atual sociedade e da humanidade. Os revolucionários nos engrandecem, porque temos a suficiente coragem para superar todas as misérias que conformam um mundo que se decompõe, um mundo da exploração, da barbárie, da ignorância, da tortura, do narcotráfico, da prostituição. Somos grandes o suficiente para não desistir de nossa luta, voltada a acabar com essa vergonha para a espécie humana.

Quando Trotsky foi assassinado, os poristas estavam empenhados em uma luta interna, entre aqueles que defendiam que o Partido deveria permanecer como um círculo propagandístico, guardando zelosamente suas ideias e seus documentos, para que ninguém os copiasse, e aqueles que se empenhavam por levar as ideias revolucionárias para o seio das massas, dos sindicatos. O Programa de Transição afirma que nenhum revolucionário pode desculpar-se de intervir nos sindicatos. Trotsky e Lênin tiveram de se enfrentar com os ultra-esquerdistas, que tão generosamente proliferaram nas fileiras marxistas.

Espantados com as notícias do assassinato de Trotsky, não abandonamos as lutas internas, nem o trabalho voltado à penetração no seio dos trabalhadores, da rica e fundamental experiência dos anos 1940, argamassa com que construímos o novo POR.

A direção da Quarta Internacional, naquela época nos Estados Unidos, que nos tratava como criancinhas, nos enviou a respectiva circular, e uma fotografia do nosso guia, que caiu em combate. Na cópia, aparecia a assinatura de Trotsky, que certamente não foi especialmente endereçada para nós. Expressando nossa origem indígena, permanecemos mudos, com os dentes cerrados, e com a vontade orientada a romper o cerco que nos impedia chegar às massas. Mais tarde, em uma revista que editamos, com máquina de escrever, reproduzimos os artigos de uma de suas secretárias e de Natalia, que relatavam a forma como ocorreu o crime estalinista.

La Paz, 15 de agosto de 1985

Publicado o livro:

LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“ Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Nesta edição:

- **CERQUI:** *Declaração* - Derrota do imperialismo no Afeganistão.
- **Afeganistão:** *Manifesto do POR* - Fora os Estados Unidos do Afeganistão!
- **Afeganistão:** Nossa diferença essencial com as demais correntes de esquerda.
- **Guatemala:** A crise do regime e a luta pela independência de classe do proletariado.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Declaração

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Derrota do imperialismo no Afeganistão

Defesa incondicional da expulsão do imperialismo e da autodeterminação da nação oprimida

18 de agosto de 2021



Há 20 anos, em 7 de outubro de 2001, em resposta aos ataques terroristas da organização Al Qaeda (que operava no Afeganistão) contra o World Trade Center, em Nova York, em 11 de setembro de 2001, o imperialismo norte-americano e aliados da OTAN ocupavam militarmente o Afeganistão, um país mergulhado no atraso, e historicamente marcado pelos violentos conflitos políticos, religiosos e étnicos. Mas, geograficamente estratégico para as movimentações dos monopólios, visando a cercar a Rússia e a China, e controlar as riquíssimas fontes de matérias-primas, especialmente petróleo, gás e minerais, que estão na base da luta pelo controle das riquezas nacionais e dos mercados. Esses são os fatores que vêm impulsionando as convulsões mundiais, por uma nova partilha do mundo, devido ao esgotamento daquela realizada após a Segunda Guerra Mundial.

Em maio, Biden decretou a retirada das tropas norte-americanas do país. Em junho, começou o deslocamento de forças militares para países da região e Europa. A administração democrata nada mais fazia do que assumir o cumprimento prá-

tico dos acordos assinados em Doha (Qatar), entre Trump e o Talibã. Logo após começar a retirada, os talibãs desfecharam uma ofensiva militar pela conquista do país e que, em 15 de agosto, culminou com a tomada da capital do país, Cabul, e a dissolução do último governo preposto pelo imperialismo.

A retomada do poder pelo Talibã levou uma fração da burguesia e da grande imprensa a criticar a decisão de Biden. Lembraram a brutal perseguição religiosa, e a rígida aplicação dos códigos da Sharia (lei islâmica), que incluíam a amputação de membros, e até a morte, contra os “infiéis” e “corruptores estrangeiros”, praticadas nos anos de governo do Talibã (1996-2001). Serviram-se das imagens do desespero de dezenas de milhares de famílias afegãs, procurando uma via para sair do país, atemorizadas pela constituição de um novo governo islâmico fundamentalista.

O retrato da barbárie social e das trágicas consequências da ocupação militar foram repetidas fartamente. Mas, não se expuseram as raízes econômicas, nem as relações sociais que estiveram na base do intervencionismo: a imensa riqueza e su-

perioridade industrial e comercial das potências nada mais fazem que espelhar as condições de atraso, raquítico desenvolvimento de forças produtivas, e miséria e fome que predominam nas semicolônias oprimidas pelo imperialismo.

O certo é que a “guerra ao terrorismo internacional” e a bandeira de civilizar os bárbaros não passaram de máscara a serviço dos monopólios e do capital financeiro, cuja voracidade cresce, na medida em que se agravam as contradições do capitalismo em decomposição. A caçada e assassinato de Osama Bin Laden e outras lideranças da Al Qaeda acobertaram as reais intenções da ofensiva imperialista, de impor governos títeres, ajustados a uma caricatura de democracia formal, e de apresentar a intervenção como se fosse uma via de “democratização” dos países, e de solução à sangria das guerras tribais e choques étnicos.

Mas, apesar dos astronômicos gastos (mais de 2 trilhões de dólares), bem como a morte de 2,4 mil soldados norte-americanos e 111 mil civis afegãos (um balanço completo do desastre ainda está por ser feito), não houve como o imperialismo impor uma mudança das condições sociais e políticas, que permitisse estabelecer o domínio militar do país, e estabilizar o regime político ajustado aos seus interesses. Porém, as potências se valeram da “guerra ao terrorismo”, para favorecer as frações da burguesia industrial-comercial e do capital financeiro, fortalecendo seu parasitismo – o governo norte-americano “deve” mais de US\$ 500 bilhões, em juros, pelos “empréstimos de “guerra” – e possibilitando fabulosos negócios à indústria militar.

A resistência da guerrilha do Talibã teve a seu favor a demonstração de que a ocupação imperialista tão-somente contribuía para agravar o atraso econômico do país e a miséria das massas. Não demorou muito para ficar claro que não haveria como derrotar um movimento nacionalista, que deitou profundas raízes na turbulenta história do Afeganistão e na população oprimida, apesar de a coligação imperialista, expressa pela OTAN, contar com um gigantesco poderio militar. Não havia, tampouco, como impor uma forma de governo e um regime político estranho às particularidades da estruturação histórica, social e econômica do país, marcado pelo atraso, pela sobrevivência de modos de produção semifeudal e pré-capitalistas, sobre os quais se conservam o severo patriarcalismo, e se assenta o obscurantismo religioso. As massas camponesas, as diversas tribos e os explorados em geral, que sofreram na carne o real conteúdo da “democracia imperialista” (violência, assassinatos em massa, saque de riquezas, etc.), nunca se prontificaram a defender o governo preposto. O que explica o rápido avanço das forças do Talibã, e a dissolução do governo de plantão, assim que Joe Biden autorizou a retirada das tropas norte-americanas e da OTAN do país. A falta de apoio popular à sua permanência, assim como a negativa das massas a defendê-lo (setores do exército e da população celebraram a vitória dos Talibãs), mostraram que a vitória dos jihadistas só foi possível porque continuaram a expressar as profundas tendências anti-imperialistas das massas afegãs.

Há, todavia, um fator de relevância mundial que condicio-

nou a decisão do imperialismo. Trata-se do agravamento das contradições que resultam da guerra comercial e da ampliação dos choques entre o imperialismo norte-americano, com a China e a Rússia, pela repartição de territórios e mercados mundiais, que entraram em uma nova fase de desenvolvimento. Condições essas que empurram o imperialismo norte-americano a reorientar os esforços bélicos e econômicos ao objetivo de fortalecer suas posições em países e territórios estratégicos, sob intensa disputa concorrencial.

Como podemos observar, não passa de hipocrisia dos carneiros e algozes das nações oprimidas, as lamentações sobre o trágico destino do povo afegão. As massas do país conhecem muito bem as vicissitudes da democracia imperialista, e o seu real conteúdo de classe: a brutal opressão social e nacional, em

benefício de um punhado de parasitas que sangram países, derrubam e impõem governos. Basta também assinalar que a saída às pressas das delegações diplomáticas das potências, enquanto deixavam, à própria sorte, milhares de civis que prestaram seu apoio às forças militares estrangeiras, para demonstrar o real valor do compromisso dos imperialistas com seus subservientes.

O essencial está em compreender que a ocupação militar e a imposição

de governos continuarão sendo os métodos largamente aplicados pelo imperialismo. Na sua fase de decomposição, está obrigado a violentar permanentemente a soberania nacional, e a passar por cima das fronteiras nacionais, em cuja base está a lei econômica de exploração do trabalho e a opressão nacional. Os EUA se destacam em sua violência, apenas por serem a potência dominante da economia mundial. Anteriormente, até a Primeira Guerra Mundial, se destacou a Inglaterra, seguida da França, Alemanha, e Itália, principalmente.

O fundamental, para os marxistas, está em assimilar as lições da luta de classes mundial, compreendendo o movimento e conteúdo real das forças sociais que agem por trás de cada conflito militar, de cada guerra civil, e dos levantes operários e populares. Quer dizer, em estabelecer o programa, defender os métodos, e desenvolver as táticas que permitirão impulsionar a luta de classes, e erguer o proletariado em força social revolucionária.

A primeira delas, é reconhecer que o agravamento da opressão nacional marca a fogo a nova etapa da luta de classes mundial, que se abriu com a explosão da crise estrutural do capitalismo, em 2008, e que, com refluxos conjunturais, deu um salto à frente, com a explosão dos levantes operários e populares em 2019, criando condições para a maioria nacional oprimida travar a luta pela defesa de suas reivindicações vitais, e dar passos no caminho da luta anti-imperialista.

A segunda, é que se deve apoiar incondicionalmente os movimentos que encarnem o levante instintivo dos oprimidos contra a opressão social e nacional. Ainda que que pese aos “moralistas”, que vestem a roupagem do marxismo, é um princípio irrenunciável para os revolucionários, que sempre se colocam do lado das massas oprimidas contra seus opressores, apesar do reacionarismo e obscurantismo religioso, que possam adotar

O fundamental, para os marxistas, está em assimilar as lições da luta de classes mundial, compreendendo o movimento e conteúdo real das forças sociais que agem por trás de cada conflito militar, de cada guerra civil, e dos levantes operários e populares.

suas direções e métodos de luta particulares, como é o caso do Talibã. Trata-se de defender incondicionalmente a expulsão do imperialismo e a autodeterminação da nação oprimida.

A terceira, é entender que a permanência da violência imperialista contra os povos e nações oprimidas decorrem do retrocesso das conquistas revolucionárias, produto da destruição pelo estalinismo dos alicerces programáticos, políticos e organizativos, sobre os quais se constituiu a III Internacional, como Partido Mundial da Revolução Socialista. A invasão da ex-União de República Socialistas Soviéticas ao Afeganistão, em 1979, por sua vez, mostrou o quanto o estalinismo estava disposto a sacrificar a autodeterminação nacional, quando se tratava de manter, sob seu controle, países que deviam servir de proteção às suas fronteiras nacionais. A direção da IV Internacional, que se ergueu sob a defesa do programa e dos métodos da revolução socialista, quando da destruição da III Internacional, após o assassinato de Trotsky, mostrou-se impotente e incapaz de cumprir a tarefa de penetrar no proletariado, e forjar os partidos-programas, que serviriam de canal de organização revolucionária das massas exploradas e oprimidas mundiais.

A quarta, e fundamental conclusão, mostra que é possível derrotar o imperialismo e expulsá-lo da nação oprimida. No entanto, sem constituir o partido marxista-leninista-trotskyista, e sem elevar o proletariado à condição de classe independente, não se poderá transformar a ocasional derrota imperialista em

um passo dos explorados pelo caminho da completa emancipação nacional, cujo fundamento reside na expropriação da grande propriedade privada monopolista, e sua transformação em propriedade social. Somente por esse caminho, as tarefas democráticas dos países atrasados serão resolvidas, e superadas as heranças do patriarcalismo. O problema reside em que o proletariado afegão constitui uma ínfima minoria, e padece da crise de direção revolucionária. Nessas condições, se mantêm as forças sociais conservadoras, que têm suas raízes fincadas no atraso pré-capitalista. Essa particularidade do Afeganistão, no entanto, não deve obscurecer que o proletariado é mundial. A luta pela independência nacional, ainda que esteja sob a direção de uma força nacionalista pequeno-burguesa, faz parte da luta de classes mundial contra a opressão imperialista. É no interior dessas relações contraditórias que emergirá a vanguarda revolucionária no Afeganistão.

É com esse objetivo que a vanguarda deve trabalhar para impulsionar a luta de classes, e construir os partidos revolucionários em cada país. Um passo que se dê nesse caminho, o proletariado avança na tarefa histórica de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. É sob suas bandeiras, seu programa e seus métodos, que os oprimidos transformarão sua revolta instintiva em política revolucionária. Sob a sua direção, a classe operária afegã, da Ásia Central e do Oriente Médio se separará do nacionalismo islâmico, e lutará contra o imperialismo e seus serviços.

Manifesto

Partido Operário Revolucionário

Fora os Estados Unidos do Afeganistão! Talibã retoma o poder sobre o País

17 de agosto de 2021

Em outubro de 2001, quando os Estados Unidos invadiram o Afeganistão, e derrubaram o governo do Talibã, o POR levantou a bandeira *“Contra a guerra imperialista. Fora os Estados Unidos do Afeganistão”*. Próximo de completar 20 anos de domínio norte-americano sobre o País asiático, o governo de Joe Biden, cumprindo a decisão de seu antecessor republicano, Donald Trump, ordenou a retirada de suas tropas, que se iniciou em 2 de julho de 2021. A meta era a de evacuação total do Afeganistão, até 11 de setembro, quando se completaria o 20º aniversário do ataque às Torres Gêmeas, em Nova York.

A imediata ofensiva dos guerrilheiros e a tomada da capital Cabul inviabilizaram o cronograma dos Estados Unidos, para que a retirada fosse ordeira, e o governo preposto de Ashraf Ghani conser-

vasse o poder assentado nas Forças Armadas afegãs, criadas e instruídas pelo imperialismo. Na iminência da queda de Cabul, o presidente já tinha as malas prontas para a fuga. Surpreendeu o fato de as Forças Armadas não apresentarem nenhuma resistência, digna desse nome, à ofensiva das milícias Talibãesas.

O governo e a estrutura governamental, montados pelos Estados Unidos, aliados imperialistas e OTAN, ruíram como um castelo de cartas. A imprensa internacional inquiriu Biden sobre como foi possível uma saída tão desastrosa, depois de quase duas décadas de dominação, um gasto de mais de US\$ 1 trilhão, sendo que US\$ 88 bilhões foram destinados à criação, estruturação e treinamento de uma força de segurança anti-Talibã. Ainda falta um balanço final do saldo de mortes na intervenção

inglória dos Estados Unidos sobre um país de economia atrasada, pobre e tribal. Está claro que a poderosa potência sofreu a segunda maior derrota, depois de sua intervenção, de 1965 a 1973, no Vietnã. O que tem dado motivo para comparações, no sentido de se indagar como foi possível que os Estados Unidos repetissem uma fuga às pressas, desordenada e vergonhosa.

Aos analistas, comprometidos com o imperialismo, pareceu ilógico que, depois de tanto tempo ocupando o Afeganistão, e instruindo o governo preposto, a poderosa potência, amparada pela OTAN, configurasse uma retirada que transparecesse como uma derrota. Que explicação teria Biden para o abandono do posto de comando do Estado pelo presidente do país? O que dizer da dissolução das forças de segurança do regi-



Houve uma adaptação, quase que generalizada, por parte das esquerdas, à opinião pública pequeno-burguesa, favorável ao intervencionismo no Afeganistão, sob a máscara de que o terrorismo islâmico era o grande problema, e não a violência mundial do imperialismo.

me, depois de tanto investimento financeiro, militar e tecnológico?

A retirada militar se tornou uma importante questão política interna aos Estados Unidos. A maioria da população havia chegado à compreensão de que a intervenção prolongada consumia excessivamente recursos e vidas de soldados norte-americanos, sem que o governo afegão títire se mostrasse capaz de controlar o país, e esmagar a guerrilha do Talibã. Tudo indica que essa consciência aumentou, na medida em que a crise econômica, que se abateu nos Estados Unidos em 2007/2008, atingiu duramente as condições de vida das massas.

A ideologia original da intervenção, que uniu, inicialmente, a maioria dos norte-americanos em favor da decisão do presidente George W. Bush, foi a de que os Estados Unidos estavam ameaçados pelo terrorismo internacional, naquele momento, encarnado pela Al-Qaeda. A maior prova teria sido dada, assim, pelo espetacular ataque às torres do World Trade Center. A exitosa ação terrorista desencadeou uma campanha mundial em favor da intervenção dos Estados Unidos, como se de fato a organização nacionalista de Osama bin Laden fosse capaz de ameaçar a “maior democracia do mundo” e os “valores ocidentais”, como se definiu naquele momento o conteúdo ideológico da ofensiva imperialista contra o governo do Talibã.

Reformistas e centristas de esquerda, inclusive, condenaram o atentado em apoio ao imperialismo, desconhecendo

a brutal opressão que os Estados Unidos exerciam e exercem sobre as nações e os povos oprimidos. Houve uma adaptação, quase que generalizada, por parte das esquerdas, à opinião pública pequeno-burguesa, favorável ao intervencionismo no Afeganistão, sob a máscara de que o terrorismo islâmico era o grande problema, e não a violência mundial do imperialismo.

É necessário estabelecer o marco em que ocorreu o atentado em Nova York, e logo a invasão norte-americana do Afeganistão. Em janeiro de 1991, George H. W. Bush (pai) interveio na Guerra do Golfo Pérsico, destruindo o exército iraquiano. Doze anos depois, 2003, George W. Bush (filho) realizou uma operação de demolição do governo nacionalista de Saddam Hussein, ocupando o Iraque. A retirada dos EUA, em 2011, deixou para trás um país arruinado, milhares de mortos, e a farsa de que o governo iraquiano estava prestes a obter a bomba atômica. No início de 2011, um conflito na Síria se potenciou, e se converteu em guerra civil. A ocupação pelos Estados Unidos do Iraque, neste momento, sofria uma grande resistência, que se estendia a praticamente a todo o Oriente Médio. No final desse ano, Barack Obama iniciou a retirada das tropas. Nas entranhas da ocupação do Iraque, se gestou o Estado Islâmico. Al-Qaeda sofria um grande golpe, com a operação norte-americana que assassinou Osama bin Laden, no Paquistão, o que enfraqueceu essa fração do movimento jihadista, e

fortaleceu outra com a constituição do Estado Islâmico.

É nessas condições, de agravamento da crise, que se foram tornando insustentáveis, as várias frentes de intervenção e ocupação de territórios pelos Estados Unidos, na região. O desmantelamento da Al-Qaeda e, em seguida, a do Estado Islâmico, somente foi possível com um altíssimo custo financeiro e de vidas humanas.

No Iraque e no Afeganistão, foi cumprido o objetivo de destruir os governos e instalar prepostos. O que não se passou na Síria, onde, apesar da guerra civil e da intervenção das forças externas imperialistas, o governo de Bashar Al-Assad se manteve no poder. Esse processo evidenciou que o nacionalismo islâmico nunca ameaçou os Estados Unidos. A utilização do método terrorista não foi uma demonstração de força ofensiva, mas sim defensiva. Tanto a Al-Qaeda, quanto o Estado Islâmico, não conseguiram instalar governos, mas interpu- seram uma significativa resistência aos objetivos de dominação imperialista. O Talibã, embora desse proteção à organização de Osama bin Laden, não se confundia com esse movimento.

Bush exigiu que o governo do Afeganistão entregasse a resistência islâmica, sabendo que não era possível cumprir essa ordem. O Talibã nacionalista se er- gueu ao poder, derrotando a intervenção da ex-União Soviética, entre 1979 e 1989, e vencendo internamente a fração pró-imperialista, que acabou, mais à frente, servindo à intervenção norte-americana. Não se pode desconhecer que a Al-Qaeda se formou com o apoio dos Estados Unidos, na guerra do povo afegão contra a burocracia soviética, que já não tinha capacidade de manter um governo títire no Afeganistão.

Se a Rússia não teve como garantir seu preposto, perdendo a guerra que durou uma década, os Estados Unidos também viram seu plano fracassar, com a vitória interna do Talibã contra os senhores do Norte. Essa extraordinária resistência do povo afegão, de não se sujeitar a nenhuma das potências envolvidas na guerra de 1979, explica a derrota dos Estados Unidos, depois de quase vinte anos de ocupação do Afeganistão. Não seria possível esse feito, caso o Talibã não estivesse profundamente enraizado na população.

A campanha sórdida de porta-vozes do imperialismo, de que se trata da volta de sanguinários e opressores das mulheres e crianças, foi montada para ocultar o sentido mais profundo da expulsão do imperialismo, que é o da autodefesa da nação oprimida contra a nação opressora. É bem conhecido o patriarcalismo, que mantém as mulheres como escravas da família, e o obscurantismo cultural, que cega a maioria oprimida com o ópio da religião. Mas, se trata de um atraso pré-capitalista, que conserva relações semifeudais. Não serão, porém, os saqueadores do mundo e opressores dos povos das semicolônias que libertarão as mulheres e crianças afegãs do atraso patriarcal e das amarras do islamismo. Somente o povo afegão, tendo à frente as suas camadas mais oprimidas e avançadas, que enfrentará o pré-capitalismo, as heranças tribais, e toda sorte de opressão. O capitalismo mais avançado, como o dos Esta-

dos Unidos, mantém a discriminação das mulheres e o odioso racismo. Sustenta e obstaculiza a superação do atraso nas semicolônias do mundo todo. Está aí por que a hipócrita propaganda, de que a volta do Talibã deve ser condenada, porque significa a volta da opressão sobre as mulheres e crianças, deve ser denunciada como expressão ideológica da dominação imperialista dos povos atrasados e oprimidos pelas potências.

A bandeira “*Fora os Estados Unidos do Afeganistão*”, levantada pelo POR anos atrás, se cumpriu. A classe operária mundial deve saudar a derrota dos invasores do país oprimido e de seus lacaios afegãos.

Certamente, o retorno do Talibã ao poder não resolverá os obstáculos históricos, que travam o desenvolvimento de suas forças produtivas, o avanço cultural e a superação do arcaísmo religioso. A restauração capitalista na ex-União das

Repúblicas Socialistas Soviéticas favoreceu o cerco imperialista ao Afeganistão, e o fortalecimento do nacionalismo islâmico, incapaz de romper o cerco das potências, resolver as tarefas democráticas, e impor a independência nacional.

A ausência física da IV Internacional impossibilita organizar a luta mundial do proletariado em defesa da nação oprimida, e dificulta enormemente constituir o partido marxista, nos países em que o nacionalismo islâmico predomina sobre a maioria oprimida. Mas, a decomposição do capitalismo, em escala mundial, favorece a luta voltada à superação da crise de direção. O combate contra o imperialismo, em todas as latitudes, é essencial para organizar as forças do proletariado e dos demais explorados no campo da revolução social.

Viva a expulsão dos Estados Unidos do Afeganistão!

Expulsão dos Estados Unidos do Afeganistão

NOSSA DIFERENÇA ESSENCIAL COM AS DEMAIS CORRENTES DE ESQUERDA

19 de agosto de 2021

Interessa-nos compreender as posições das correntes que vêm do tronco do estalinismo e do trotskismo. Tivemos acesso às notas do PCdoB, PCB, PSTU (LIT), MRT (FTQI) e PCO. Tomemos as conclusões:

PCdoB – “*Solidariedade e luta anti-imperialista é o que seguiremos fazendo em prol do povo afegão. Cabe a ele definir os rumos de seu país. Algo que apoiaremos sem nos furtar de denunciar violações aos direitos humanos e a promoção da desigualdade e opressão às mulheres*”.

PCB – “*Hoje se destaca a necessidade da luta popular contra qualquer força reacionária e obscurantista inextricavelmente ligada à luta contra o sistema capitalista e as forças e planos imperialistas que os originam e deles se utilizam*”.

PSTU – “*Em síntese, a consumação de uma derrota imperialista acaba de acontecer. Isso fortalece as lutas contra o imperialismo dos trabalhadores e das massas no mundo e chamamos a redobrá-las. Ao mesmo tempo, assume o poder uma organização cujo projeto é instalar uma ditadura teocrática. A tarefa que começa no Afeganistão é a luta contra o novo governo*”.

MRT – “*Entretanto, a luta contra o imperialismo não passa pelo apoio ao fundamentalismo islâmico, que, em toda a região – e não menos no Afeganistão – defende os interesses das burguesias árabes e seus acordos com as mesmas potências imperialistas (o Talibã busca agradar ‘gregos e troianos’, chineses e norte-americanos*”.

PCO – “*A vitória do Talibã representa a vitória de todo povo oprimido contra a opressão do imperialismo*”.

Nota-se que há um reconhecimento generalizado de que houve uma derrota do imperialismo. Há também uma semelhança, à exceção de PCO, de condenar a ditadura do Talibã e, em especial,

o obscurantismo religioso e a opressão sobre as mulheres. Nesse aspecto, o MRT e o PSTU são os que mais carregam nas tintas. De conjunto, tanto as correntes provenientes do estalinismo, quanto aquelas que se reivindicam do trotskismo, caso transformassem suas posições em uma bandeira, teriam de dizer Fora o imperialismo e o Talibã. Estariam, portanto, em uma posição aparentemente neutra. Ocorre que não há equivalência entre o imperialismo opressor dos povos semicoloniais e o Talibã obscurantista, fundamentalista e opressor das mulheres.

O POR também considera que o Talibã entranha toda essa ideologia reacionária, que se converte em explicação para a discriminação das mulheres, etc. No entanto, não concorda em colocar um sinal de igualdade entre o imperialismo e o Talibã. Essa distinção se torna ainda mais necessária, quando estão em confronto, o imperialismo opressor das nações e o Talibã opressor das mulheres, etc. É preciso apoiar a guerrilha e o levante do Talibã nas condições concretas de choque entre a nação opressora e a nação oprimida. O que não quer dizer apoiar e compactuar com o nacionalismo islâmico e suas tradições medievais.

O imperialismo e seus porta-vozes internacionais colocaram a vitória do Talibã como sendo a negação da democracia, da liberdade e da liberação das mulheres. Essa falsificação deveria ser clara e duramente rechaçada. O que não fizeram as correntes acima citadas, à exceção do PCO que, com sua costumeira generalidade jornalística, fez a denúncia.

O marxismo-leninismo-trotskismo assentou, com absoluta definição, a diferença entre as nações civilizadas opressoras (im-

perialistas) e as nações atrasadas e bárbaras (colônias e semicolônias). O fundamental não está na diferença entre a democracia parlamentar e a teocracia, mas sim nos interesses materiais que põem em choque o imperialismo e a semicolônia. O marxismo sempre apoiou incondicionalmente a nação oprimida contra as metrópoles, independentemente dos regimes políticos. Não pode haver dúvida de que os marxistas-leninistas-trotskistas tinham e têm o dever de se colocar ao lado da resistência da guerrilha dos Talibãs, uma vez que expressava o confronto entre o imperialismo e o Afeganistão semicolonial.

A ideia de que se deve apoiar o povo afegão e não o Talibã, em sua guerra contra os Estados Unidos e o governo preposto, não passa de uma abstração, para ocultar a assimilação das pressões da campanha imperialista. A maioria dos afegãos, que já não aceitava o controle do país pelos Estados Unidos, se colocou do lado do Talibã, uma vez que este foi arrancado do poder pela força, e se refugiou no seio da população, combatendo, desde as suas entranhas, a estabilização do regime títere e a dominação imperialista.

Em detrimento de seu reacionarismo, prevaleceu o nacionalismo, que se materializou na forma de guerra de guerrilha, contra os invasores do país e os seus lacaios. A imensa maioria dos afegãos, certamente, se guiou por esse nacionalismo, que, concretamente, resistiu por quase 20 anos à dominação norte-americana, e acabou por vencê-la.

O fato de o Talibã ter exercido uma ditadura teocrática e reprimido selvagemmente a conduta social e sexual das mulheres não impediu que importantes camadas da população abrigassem a guerrilha e, finalmente, impulsionassem a retomada do poder pelo Talibã. Em detrimento de seu reacionarismo, prevaleceu o nacionalismo, que se materializou na forma de guerra de guerrilha, contra os invasores do país e os seus lacaios. A imensa maioria dos afegãos, certamente, se guiou por esse nacionalismo, que, concretamente, resistiu por quase 20 anos à dominação norte-americana, e acabou por vencê-la.

O temor de ser identificado com o obscurantismo do Talibã levou quase toda a esquerda a se adaptar à campanha do imperialismo, de que a vitória do Talibã equivalia a um retrocesso, na democracia e na suposta liberação das mulheres. Essa máscara ideológica foi confeccionada para ocultar o real sentido da perda material da dominação imperialista de um país estratégico na Ásia Central. Não por acaso, porta-vozes do imperialismo se esmeraram em mostrar o perigo da penetração chinesa e russa no espaço deixado a descoberto pelos norte-americanos e os seus aliados, tendo em vista o agravamento da crise mundial, e, conseqüentemente, da guerra comercial. Analistas europeus se referiram ao declínio dos Estados Unidos.

A gigantesca pressão da imprensa imperialista e pró-imperialista pesou sobre as esquerdas – que, por não terem programa, por terem se afastado do marxismo, ou se contraposto aos seus fundamentos básicos – se curvaram. Vimos como a campanha contra a volta do Talibã ao poder foi direcionada para a classe média, que exerce enorme influência sobre as correntes estalinistas e revisionistas do trotskismo. É sintomático que tais correntes, salvo particularidades, concebem a opressão sobre as mulheres como para-

lela à opressão de classe. Não é estranho que não tenham atacado a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, baseada na propagação de imagens sobre a violência do Talibã contra as mulheres. Assim, compareceram como tão inimigo do Talibã quanto dos Estados Unidos. Negaram-se, portanto, a se colocar sob a bandeira da defesa incondicional da expulsão do imperialismo e da autodeterminação da nação oprimida.

Tomemos como hipótese a existência de um partido revolucionário no Afeganistão. Estaria obrigado ou não a lutar ao lado do Talibã para derrubar o governo títere, e expulsar as forças imperialistas? Afirmamos, que sim. O fato de o Talibã ser teocrático, opressor das mulheres, etc., seria motivo para não constituir uma frente única anti-imperialista? O POR entende que, se negar a esse enfrentamento ao lado do Talibã, significa, no caso de sua derrota, o fortalecimento do imperialismo; e, no caso de sua vitória, o fortalecimento do partido revolucionário, que é o único capaz de derrotar, finalmente, o nacionalismo islâmico e suas terríveis consequências sociais.

Não se pode desconhecer que o Talibã se assenta no pré-capitalismo e nos restos feudais da conformação do Afeganistão. Sua existência está profundamente marcada por invasões estrangeiras. As divisões tribais e étnicas não puderam ser superadas. Continuam como forças centrífugas, que exigem a centralização ditatorial. Houve tentativas de reformas modernizantes, que fracassaram, por estarem sob influências externas. O grande atraso das forças produtivas alimenta o sectarismo. O Talibã se formou e se fortaleceu (então, com apoio do imperialismo norte-americano) na guerra contra a ex-União Soviética e na guerra civil que se prolongou. Tornou-se a força hegemônica, apoiando-se na rigidez do islamismo. Os ingleses, no século XIX, procuraram domesticar os afegãos, e fracassaram. Isso quando o capitalismo desenvolvia as forças produtivas mundialmente. O mesmo tentaram os persas e os russos. A intervenção dos Estados Unidos, nas condições de desintegração do capitalismo, com todo o seu poderio (estimam-se que despenderam mais de um trilhão de dólares), sem conseguir estabilizar um governo títere, capaz de desenvolver as forças produtivas capitalistas, reduzir o peso do pré-capitalismo, eliminar as heranças feudais, e superar a fragmentação tribal. Estão aí os motivos que permitiram a sobrevivência do Talibã, o fortalecimento da resistência guerrilheira e, finalmente, a retomada do poder. Eis por que soa estupidez a campanha imperialista de que o retorno do Talibã e a retirada dos Estados Unidos retrocedem um processo civilizatório.

O POR levantou imediatamente a bandeira de defesa incondicional da expulsão dos Estados Unidos, e pela autodeterminação da nação oprimida. Somente assim reconheceu que o problema fundamental está em que, no Afeganistão, não existe uma direção revolucionária, marxista-leninista-trotskista. Mais grave ainda é a inexistência de uma direção mundial do proletariado, necessária para responder, estratégica e praticamente, com o programa da revolução proletária, ao levante nacional anti-imperialista no Afeganistão. Ao mesmo tempo, é parte da tarefa de superar a crise de direção, que a vanguarda revolucionária desenvolva uma política cristalina de defesa da nação oprimida contra a nação opressora. Uma política de derrota do imperialismo, por meio da luta de classes mundial. O levante no Afeganistão, que põs abaixo a intervenção norte-americana, é parte da luta internacional da classe operária.

Guatemala

A crise do regime e a luta pela independência de classe do proletariado

Em 29 de julho, foi decretada uma greve geral. Protestos se deflagraram pelo país, paralisando a produção agrícola, comércio, universidades, indústrias, e parte do transporte. Dezenas de bloqueios de rodovias e manifestações, com as quais convergiram 35 organizações camponesas, indígenas e populares, com dezenas de milhares de manifestantes.

As massas exigiam a renúncia do presidente, Alejandro Giammattei, e da procuradora geral, Consuelo Porras, e que fosse reconduzido ao cargo o responsável pela procuradoria Especial Contra a Impunidade, Juan Francisco Sandoval, demitido por ordem de Giammattei. A sua demissão objetivou barrar o avanço das investigações de corrupção contra o presidente e empresários, sob a suspeita de compra superfaturada de milhões de doses da vacina Sputnik-V, contra o Covid-19.

O governo Biden comparou a demissão de Sandoval a um retrocesso nos acordos bilaterais entre ambos os países, na “luta contra a corrupção”. Quando Sandoval anunciou que emigrava para El Salvador, afirmando temer pela sua segurança e a de sua família, o governo norte-americano anunciava que “congelava” as relações entre poderes judiciais dos dois países.

A “punição diplomática” dos EUA configura um novo passo na tática imperialista perante um aliado histórico na região. A Guatemala, semicolônia do imperialismo, há anos constituiu-se como base de manobra do intervencionismo e da organização de forças “contraterroristas”, financiadas pela CIA, que atuaram em El Salvador contra as forças guerrilheiras da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), e na Nicarágua, contra a revolução sandinista. Mais recentemente, o imperialismo criou e estabeleceu uma rede de laços estreitos com juizes, procuradores e corpos policiais especializados nas semicolônias, para enfraquecer governos.

O certo é que Giammattei demonstra-se incapaz de arbitrar os interesses conflitantes da burguesia, afetada pela paralisia dos negócios com a Pandemia. Não por acaso, a decisão dos EUA jogou mais combustível na crise, ao se chocar com partidos da oposição, frações da burguesia,

burocracia universitária e Igreja, que deram apoio às mobilizações.

É nesse quadro de desagregação da democracia burguesa e de agravamento dos estragos da Pandemia e da crise econômica, que as massas irromperam, expressando seu descontentamento. A revolta contra a medida autoritária do governo rapidamente cedeu passagem às reivindicações mais urgentes: vacinação universal e imediata a todos; ampliação do orçamento para saúde pública; subsídio universal para desempregados, pobres e miseráveis; redução do preço da gasolina, etc. O que se refletiu, ainda, na mudança da composição social dos protestos, ganhando projeção a confluência dos explorados urbanos com as nações oprimidas (assalariados, funcionários públicos, indígenas, camponeses etc.).

A classe operária, porém, está ausente, como força social coletiva e organizada politicamente como classe independente perante a burguesia e pequena burguesia. De forma que as massas e nações oprimidas não têm como se delimitar e romper as manobras burguesas, que visam a desviar sua revolta para o terreno da solução institucional (eleições antecipadas).

A burguesia e o imperialismo temem que as atuais mobilizações acabem superando os limites democrático-burgueses que tentam impor. Foi o que se passou em fins de 2019, quando um levante operário e popular derrubou a lei orçamentária, aprovada por Giammattei, e o Congresso nacional, que descarregava o aumento da dívida externa sobre as massas, na forma de contrarreformas trabalhistas e previdenciárias.

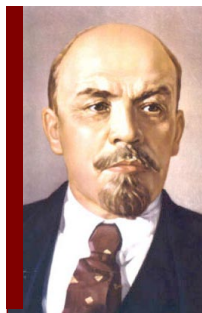
Quanto mais se acelera e aprofunda a crise dos governos burgueses na América Latina, mais se destaca a necessidade de superar a crise mundial de direção. Não há outra via, a não ser construir o partido revolucionário, como seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. O despertar de uma vanguarda proletária na Guatemala será de grande ajuda aos demais explorados latino-americanos, que também suportam o flagelo da Pandemia, da miséria e fome, e que se batem contra a burguesia, seus governos e o imperialismo.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal *Massas* anterior, foi feita a exposição da X Conferência de toda a Rússia do PCR, de maio de 1921. Agora, extrairemos as principais formulações de Lênin, apresentadas e discutidas no III Congresso da Internacional Comunista, que se realizou entre 22 de junho a 12 de julho de 1921.

Coube a Lênin apresentar um balanço sobre a situação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a tática do Partido Comunista Russo. Ampliou e aprofundou as formulações e decisões do XI Congresso e da X Conferência, esta última, recém-realizada. Como parte desse informe, respondeu aos ataques da II Internacional, da Internacional II e ½, dos socialistas revolucionários e mencheviques. Lênin também ocupou um destacado lugar no enfrentamento ao ultraesquerdismo. Momento em que expõe didaticamente a tática da Internacional Comunista, que acabou resultando em um projeto de *“Teses sobre a tática”*. Houve, da parte da delegação russa e, em particular de Lênin, o cuidado em generalizar as experiências da Revolução Russa, e as do processo muito recente da transição do capitalismo ao socialismo. Ao se discutir a tática revolucionária, se expressou a necessidade das seções da III Internacional realizarem um trabalho sistemático de penetração do programa da revolução no seio do proletariado. Somente assim, o reformismo contrarrevolucionário, o centrismo capitulador e o ultraesquerdismo aventureiro poderiam ser superados, e, inclusive, expurgados das fileiras da III Internacional.

Eis, resumidamente, alguns aspectos básicos das *“Teses do Informe sobre a Tática do PCR”*: 1) *“A situação internacional da RSFSR”* – *“A oposição à guerra contra a Rússia soviética, em todos os países, cresceu consideravelmente, fortalecendo o movimento revolucionário do proletariado, e estendendo-se consideravelmente às amplas massas dos democratas pequeno-burgueses (...) O movimento revolucionário está crescendo vigorosamente entre milhões de seres, que constituem os povos oprimidos do Oriente (...) O resultado é um estado de equilíbrio que, ainda que sumamente precário e instável, torna possível a existência da República socialista – não por muito tempo é claro, dentro do cerco capitalista”*. A observação de Lênin, de que o equilíbrio relativo poderia não ser por muito tempo, indica a necessidade de acelerar o fortalecimento da III Internacional, como um instrumento imprescindível da luta de classes mundial, e para a defesa das conquistas da revolução proletária;

2) *“A correlação das forças de classe em escala internacional”* – *“O proletariado dos países capitalistas avançados formou, em todas as partes, sua vanguarda, os partidos comunistas, que se desenvolvem em firmes progressos para a conquista da maioria do proletariado em cada país, destruindo a influência dos antigos burocratas sindicais (...)”*. Lênin mostra, no entanto, que os democratas pequeno-burgueses da II Internacional e da Internacional II e ½ se levantavam como *“o principal suporte do*

capitalismo”. Lênin indica, por outro lado, a importância do despertar revolucionário das massas dos países coloniais e semicoloniais, que representam a imensa maioria da população mundial. Entre eles, refere-se à China;

3 e 4) *“A correlação das forças de classe na Rússia”* e *“O proletariado e o campesinato na Rússia”* – *“A situação política interna da Rússia soviética está determinada pelo fato de que aqui, pela primeira vez na história mundial, existem há alguns anos somente duas classes: o proletariado, que foi educado durante décadas por uma grande indústria maquinizada, muito jovem, mas moderna, e o pequeno camponês, que constitui a imensa maioria da população”*. Lênin mostra que os latifundiários e capitalistas foram expropriados, mas continuam existindo, como força restauracionista. Interna e externamente, agem para romper a relação entre o proletariado e os camponeses, de maneira a *“destruir o poder soviético e restaurar o capitalismo na Rússia”*. Era fundamental, portanto, *“realizar a transição, em uma série de passos graduais, para a grande agricultura coletiva e maquinizada”*. (...) *“Por isso, do ponto de vista do desenvolvimento da revolução proletária mundial como um processo único, a época pela qual a Rússia atravessa é significativa, como uma prova prática e uma verificação da política do proletariado no poder para a massa pequeno-burguesa”*. É muito importante a formulação de Lênin da revolução mundial como um processo único.

No ponto 5, Lênin mostra o quanto foi decisiva a aliança operária e camponesa para enfrentar o período de guerra, sem a qual a revolução não triunfaria e não se sustentaria. Os pontos 6, 7, 8 e 9 são dedicados a expor a nova política econômica.

O ponto 10, *“O papel da ‘Democracia Pura’, da II Internacional e da Internacional II ½, dos socialistas revolucionários e mencheviques como aliados do capital”*. Sob a bandeira da democracia em geral, os partidos democráticos pequeno-burgueses combatiam o Estado soviético e o Partido Comunista. Lênin recorre à crítica de Engels à democracia pura, que serve de *“última tábua de salvação da economia burguesa e inclusive feudal (...)”*. Eis o fundamental do choque do bolchevismo com os revisionistas da II Internacional: *“A ditadura do proletariado não significa que cessou a luta de classes, senão que continua assumindo uma nova forma e com novas armas. Essa ditadura é imprescindível, enquanto existirem as classes, enquanto a burguesia derrotada em um só país desfechar seus ataques contra o socialismo em escala internacional”*.

Essa última formulação expõe o fundamento histórico da ditadura do proletariado e do internacionalismo proletário. A burguesia começa por ser derrotada em um determinado país, arma a reação externa e incentiva as forças internas restauracionistas, de forma que somente o avanço da revolução mundial pode sustentar e desenvolver as conquistas do proletariado.

(As citações foram extraídas das *Obras Completas, Lênin, tomo XXXV, Akal Editor*)